

Presidente da Direção Científica
JORGE ISAAC TORRES MANRIQUE


THOTH
EDITORA

TRATADO PARA A REALIZAÇÃO EFETIVA DO DIREITO NO MEIO AMBIENTE

NOVOS DESAFIOS

Prefácios
CLEIDE CALGARO
ANA ALICE DE CARLI
DEILTON RIBEIRO BRASIL

AUTORES

Alan E. Vargas Lima • Alcides Francisco Antúnez Sánchez • Alfonso Jaime Martínez Lazcano • Alma Delia Herrera Márquez • Ana Alice De Carli • Ana Clara Brandelli Alves dos Santos • Anderson Weber • Antonio Anselmo Martino • Bráulio Chagas Pighini • Camilo Javier Cantero Cabrera • Candice Diniz Pinto Melo Franco • Cândida Aremi Gutiérrez Zenteno • Célia Teresinha Manzan • Cláudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho • Cleide Calgare • Cristhian Rodrigo Barrios Varón • Dalton Max Fernandes de Oliveira • Débora Bós e Silva • Deilton Ribeiro Brasil • Diego Geraldo • Douglas de Castro • Edgardo Torres López • Edson Amaral de Almeida • Eduardo Díaz Ocampo • Eduardo J. R. Uugdar • Elena E. Gulyaeva • Fabrizia Angelica Bonatto Lonchlati • Falz Ayal Ansari • Fernanda Pereira Costa • Fernando Marques Khaddour • Gabriela Ritter Brígido • Gilmar Siqueira • Handel Martins Dias • Heverton Isaac Pimentel Barud • Isadora Barison Lovizon • Jackeline Fraga Pessanha • Jorge Isaac Torres Manrique • José Sebastião Fagundes Cunha • José Tadeu Neves Xavier • Julio Homem de Siqueira • Kamilla Machado Ercolani • Karen Marie Ferroggiaro • Kátia Ragnini Scherer • Lafayette Pozzoli • Leonardo Alexandre Tadeu Constant de Oliveira • Leonardo de Andrade Costa • Leonel Severo Rocha • Liton Lanes Pilau Sobrinho • Lorena Dolabela Marques • Luiz Antonio Guerra • Luiz Felipe Guerra • Luiza Chaves • Magno Federici Gomes • Manuel Bermúdez-Tapia • Marcola Souza França • Marcelo Sant'Anna Vieira Gomes • Marcos Leite Garcia • Maria Cecília Pistoia • Maria Edna Alves Ribeiro • Maria Elisa Rosa • Maria Paula Resende Gallucci Rodriguez • Mariana Gavlak • Mariana Marquardt Lass Camargo • Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha • Micheli Piucco • Norberto Rosabal Callejas • Pablo Darío Villalba Bernié • Pablo Rafael Banchio • Patricia A. Cozzo Villafañe • Patricia Grazziotin Noschang • Paulo Roberto Rezende de Souza • Priscila Caneparo Dos Anjos • Ramiro Ferreira de Freitas • Renato Dilly Campos • Ricardo Hermany • Ricardo Maurício Freire Soares • Rogério Cangussu Dantas Cachichi • Samira Isabeck de Oliveira Soares • Samyuktha Anuram • Silmara Velga de Souza Caestini Montemor • Talissa Truccolo Reato • Vanessa de Fátima Terrade • Vanessa do Carmo Ferreira Jenuário • Vanessa Eugênia Teixeira dos Santos • Vinicius Moreira Mendonça • Vitória Piucco • Vladimir Passos de Freitas • Yakmila Aparicio

TRATADO PARA A REALIZAÇÃO EFETIVA DO DIREITO NO MEIO AMBIENTE

NOVOS DESAFIOS

O seu livro Thoth está disponível em: E-book



Acesse o site:

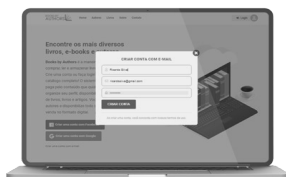
www.booksbyauthors.com

- Caso tenha adquirido seu livro através do site da **Editora Thoth**, você receberá o código de ativação do e-book por meio do e-mail cadastrado.
- Se adquiriu este livro através de terceiros, você poderá solicitar o código de ativação do e-book através do e-mail:
contato@editorathoth.com.br

Editora Thoth parceira da:

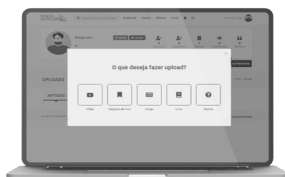
**BOOKS BY
AUTHORS** 

Conheça melhor a Books by Authors



1. CRIAR PERFIL

Crie seu perfil para ter acesso às nossas funções e se encante pela Books by Authors.



2. PUBLICAÇÕES

Publique no seu perfil conteúdos acadêmicos de sua autoria: artigos, trabalhos acadêmicos, livros e vídeos.



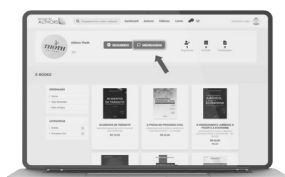
3. BUSQUE POR PERFIS

Pesquise diversos autores e siga os seus favoritos, para ficar por dentro de suas publicações.



4. MENSAGENS

Envie mensagens para outros perfis por meio da nossa plataforma.



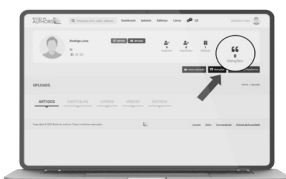
5. ACESSE LIVROS EM E-BOOK

Acesse livros digitais pelo código concedido pelas editoras ou adquira uma das obras disponíveis para a venda.



6. LEITOR

No leitor você poderá grifar seus trechos favoritos, fazer anotações e expandir a tela para uma melhor experiência de leitura.



7. CITAÇÕES

Saiba quando for citado em publicações de outros autores.

BOOKS BY
AUTHORS



Presidente da Direção Científica
JORGE ISAAC TORRES MANRIQUE

TRATADO PARA A REALIZAÇÃO EFETIVA DO DIREITO NO MEIO AMBIENTE

NOVOS DESAFIOS

Londrina/PR
2025


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



© Direitos de Publicação Editora Thoth.
Londrina/PR.
www.editorathoth.com.br
contato@editorathoth.com.br

Tratado para a realização efetiva do
direito no meio ambiente: Novos desafios.
/ Jorge Isaac Torres Manrique (Presidente
da Direção Científica). – Londrina, PR:
Thoth, 2025.

Inclui Bibliografias.

1188 p.

ISBN: 978-65-5959-945-5

1. Derecho ambiental. 2. Derechos humanos.
3. Derecho constitucional. I. Manrique,
Jorge Isaac Torres (Presidente da Direção
Científica).

CDD 341.347

Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Jorge Isaac Torres Manrique

Editor chefe: Bruno Fuga

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Ambiental: 341.347

Conselho Editorial (Gestão 2025)

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele
Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior •
Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr.
Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel
Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me.
Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme
Wünsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves
Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da
Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof.
Dr. Ricardo Genelhú • Prof.ª Dr. Rita de Cássia
R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan
Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra
sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é
crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados
pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se
responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por
seus autores.

PRESIDENTE DA DIREÇÃO CIENTÍFICA

Jorge Isaac Torres Manrique (PERÚ)

MEMBROS DA DIREÇÃO CIENTÍFICA

Deilton Ribeiro Brasil (BRASIL), Cleide Calgaro (BRASIL), Ana Alice De Carli (BRASIL), Mariângela Guerreiro Milhoranza (BRASIL), Kathy Hessler (EE.UU.), Zulmar Fachin (BRASIL), Jéssica Fachin (BRASIL), Elena Evgenyevna Gulyaeva (RUSIA), Akil Ali Saiyed (INDIA), Larisa Sannikova (RUSIA), Elena Tilovska-Kechegi (MACEDONIA DEL NORTE), Kyvalya Garikapati (INDIA), Cildo Giolo Junior (BRASIL), Sérgio Tibiriçá Amaral (BRASIL), Yuri Nathan Da Costa Lannes (BRASIL), Riccardo Perona (ITALIA), Claudio Carneiro B. P. Coelho (BRASIL), Rubén Miranda Gonçalves (ESPAÑA), Oscar Maúrtua de Romaña (PERÚ), Henrique Augusto Figueiredo Fulgêncio (BRASIL), Francisco Morales Saravia (PERÚ), Priscila Caneparo Dos Anjos (BRASIL), Mohd Imran (INDIA), Prabhpreet Singh (INDIA), Yulia Kharitonova (INDIA), Daury Cesar Fabríz (BRASIL), Sofia Filippova (INDIA), Zeynep Banu Dalaman (TURQUIA), Douglas de Castro (BRASIL), Muhammad Safdar Bhatti (PAKISTÁN), Faiz Ayat Ansari (INDIA), Egor Kuznetsov (RUSIA), Irfan Ullah STANIKZAI (AFGANISTÁN), José Sebastián Cornejo Aguiar (ECUADOR), Maria Rafaela Junqueira Bruno Rodrigues (BRASIL), Magno Federici Gomes (BRASIL), Ilton Garcia da Costa (BRASIL), Teófilo Arêa Leão Jr. (BRASIL), Héctor Miguel Manríquez Zapata (PERÚ), Pablo Rafael Banchio (ARGENTINA), Pedro Luis Bracho- Fuenmayor (CHILE), Carlos Alberto Simões de Tomaz (BRASIL), Eloy Pereira Lemos Júnior (BRASIL), Fernando Gustavo Knoerr (BRASIL), Fabrício Veiga Costa (BRASIL), Renata Mantovani de Lima (BRASIL), Marcio Eduardo Senra Nogueira Pedrosa Morais (BRASIL), Ronaldo Brêtas de Carvalho Dias (BRASIL), Sílvio de Sá Batista (BRASIL), Tereza Cristina Sader Vilar (BRASIL), Viviane Coelho de Séllos-Knoerr (BRASIL), Parineeta Goswami (INDIA), Bhavana Sharma (INDIA), Julio Homem de Siqueira (BRASIL), Manuel Alexis Bermúdez -Tapia (PERÚ).

AUTORES

ALAN E. VARGAS LIMA

Abogado Especialista en Derecho Constitucional y Procedimientos Constitucionales (UMSA). Miembro de la Academia Boliviana de Estudios Constitucionales; del Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal Constitucional – Sección Nacional (Bolivia), del Instituto Latinoamericano de Investigación y Capacitación Jurídica (LATIN IURIS – Bolivia), y de la Asociación Euroamericana de Derechos Fundamentales (ASDEFUN – Bolivia). Miembro Honorario del Consejo Académico de la Sociedad Filosofía y Estado Constitucional APEX IURIS (Perú); Director adjunto del Centro Iberoamericano de Investigaciones Jurídicas y Sociales CIIJUS (México) – Capítulo Bolivia; Miembro adjunto de la Asociación Argentina de Justicia Constitucional AAJC (Argentina); y Secretario Académico de la Asociación Boliviana de Derecho Procesal Constitucional. Docente invitado a nivel pregrado y posgrado en varias Universidades bolivianas. Autor de distintos libros sobre Derecho Constitucional, Derecho Procesal Constitucional y Derechos Humanos. Responsable del Blog Jurídico: Tren Fugitivo Boliviano (<http://alanvargas4784.blogspot.com/>).

ALCIDES FRANCISCO ANTÚNEZ SÁNCHEZ

Dr. Hc por el Instituto Jurídico de Baja California. Tijuana. México. Máster en Asesoría Jurídica mención Derecho Administrativo Ambiental por la Facultad de Derecho. Universidad de Oriente. Profesor Auxiliar Derecho Ambiental e Internacional Público. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad de Granma. República de Cuba. Licenciado en Derecho. Universidad de Granma. El artículo responde al proyecto no asistido a programas con la Empresa de Servicios Legales de Granma (EMPRESEL) titulado: Un modelo de formación de competencias innovativas en la asistencia legal por los operadores jurídicos de EMPRESEL (I+D+i) con la carrera de Derecho de la Universidad de Granma. Email: ORCID <http://No.0000-0002-8561-6837>. Currículo hospedado en Scopus. Cielo Laboral. Italia. Lattes, Brasil. Colciencias. Colombia. Google académico.

ALFONSO JAIME MARTÍNEZ LAZCANO

Advogado, Doutor em Direito Público pela Universidade de Sur e doutorando do programa da Faculdade de Direito da Universidade Nacional Autónoma do México (UNAM); Professor e Pesquisador da Universidade Autónoma de Chiapas, Professor Honorário da Faculdade de Direito da UNAM. Diretor da Revista Primeira Instância e presidente da Associação Latino-Americana de Advogados Processuais. Vice-presidente de pesquisa da Associação Mundial de Justiça Constitucional; a Associação Colombiana de Direito Processual Constitucional; da Associação Paraguaia de Direito Processual Constitucional e da Associação Argentina de Direito Processual Constitucional.

ALMA DELIA HERRERA MÁRQUEZ

Licenciada en Derecho por la Universidad del Golfo de México, Maestría en Derecho Constitucional y Amparo por la Universidad Cristóbal Colón, Doctorado en Derecho por el Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla, actualmente docente de tiempo completo e Investigadora por la Universidad Autónoma de Coahuila en la Facultad de Jurisprudencia en Saltillo, Coahuila. Distinciones: Perfil deseable PRODEP y miembro del Sistema Nacional de Investigadores Nivel 1. Líneas de conocimiento: Derecho Constitucional, Derecho Internacional, Derechos Humanos. Áreas de interés: Igualdad, grupos vulnerables, derecho ambiental, migración, grupos étnicos, género y tratados internacionales. Autora de la obra: “Debilidades en el sistema actual de incorporación de los tratados Internacionales al Derecho Mexicano”.

ANA ALICE DE CARLI

Doutora e Mestre em Direito Público e Evolução Social. Especialista em Direito Público. Professora dos Curso de Direito, do Mestrado em Tecnologia Ambiental e da Pós - Graduação Lato Sensu em Residência Jurídica da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora da Pós -Graduação Lato Sensu em Residência Jurídica - UFF/VR. Pesquisadora do GEMADI/UFF - Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Direito. Pesquisadora colaboradora do “Proyecto de Investigación Sustentabilidad y Desarrollo: perspectivas para la construcción de um estado de derecho ambiental en Brasil y Costa Rica”, coordinado pelo prof. dr. Carlos E. Peralta, do Instituto de Investigaciones Jurídicas de la Facultad de Derecho de la Univesidad de Costa Rica. Parecerista de periódicos. Autora de livros e artigos jurídicos. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/RJ.

ANA CLARA BRANDELLI ALVES DOS SANTOS

Mestra em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/CAPES na modalidade taxa. Integrante do grupo de pesquisa ALFAJUS. Advogada. Bacharel em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9307172887985664>.

ANDERSON WEBER

Especialista em Direito Internacional Aplicado. Pós-graduando em Contabilidade, Gestão Tributária e Auditoria. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo.

ANTONIO ANSELMO MARTINO

Professor emérito das Universidades de Pisa, Itália e Salvador, Argentina. Membro da Academia Nacional de Direito de Córdoba e da Academia Nacional de Ciências de Buenos Aires. Miembro asociado del Center for Artificial Intelligence and Cognate learning of the University of Greenwich.

BRÁULIO CHAGAS PIGHINI

Mestre em Direito Político e Econômico pela Universidade Mackenzie. Pós Graduado em Direito dos Contratos pela Fundação Getúlio Vargas/SP. Pós Graduado em Direito do Trabalho e Previdenciário pela UGF/RJ. Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade

Católica de Minas Gerais. Advogado em São Paulo-SP. Autor de Artigos Acadêmicos. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9024633285389275>.

CAMILO JAVIER CANTERO CABRERA

Doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais na Universidade Nacional de Asunción (UNA). Mestre em Atenção Integral à Criança, Adolescente e Família pela Universidade Nacional de Itapúa (UNI), Mestre em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Nacional de Pilar (UNP). Notário Público e Notário Público. Advogado, Licenciado em Pedagogia. Palestrante Nacional e Internacional. Nascido em San Ignacio Guazú Misiones Paraguay. 49 anos de idade. Magistrado há 17 anos. Presidente do 2º Tribunal Cível e Comercial do Distrito Judicial de Itapúa. Professor universitário pós-graduado na Aula Jurídica de Panamá, UNAE e UNI. Docente universitário na UNA, UNP, UCI e UNI. Autor de mais de uma dúzia de obras literárias e jurídicas. Tem leccionado em Nova Deli, Lucknow Índia, México, Toluca, Cartagena de Indias, Mendoza, Corrientes, Resistência, Posadas, Foz de Iguazú, Brasília, Natal, Foz de Iguazú, Curitiba, Panamá, Colômbia, entre outros. Membro do Comité Ejecutivo da Associação dos Juízes Paraguaio. É Filho Distinto da sua cidade natal San Ignacio Guazú Misiones Paraguay.

CANDICE DINIZ PINTO MELO FRANCO

Mestranda do PPGD - Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna/MG. Professora de Direito do Trabalho no curso de graduação em Direito na Faculdade Santo Agostinho de Montes Claros-MG. Advogada pública do Município de Montes Claros-MG. Advogada no Escritório Júlio César de Melo Franco. Direito pela Universidade Estadual de Montes Claros-MG.

CÁNDIDA AREMI GUTIÉRREZ ZENTENO

Doutor em Direito pelo IIJ-UNACH, Mestre em Defesa dos Direitos Humanos pelo CECOCISE UNACH, professor e pesquisador da Licenciatura em Direitos Humanos pelo CECOCISE-UNACH.

CÉLIA TERESINHA MANZAN

Graduada em Direito pela Universidade de Uberaba; especialista em Proc. Civil, Dir. Público e Filosofia do Direito; em Dir. Const., pela Università di Pisa/Itália e Universidad de Buenos Aires; Mestre em Dir. Constit. pela Instituição Toledo de Ensino/SP; Doutoranda em Dir. Constitucional pela Universidad de Buenos Aires e pela Instituição Toledo de ensino/SP.

CLÁUDIO CARNEIRO BEZERRA PINTO COELHO

Advogado. Pós-Doutor pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). Pós-Doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha). Doutor em Direito Público e Evolução Social (UNESA/RJ). Mestre em Direito Tributário (UNESA/RJ). Coordenador do curso de Planejamento Tributário da FGV (Brasil). Professor de Direito Financeiro, Tributário e Compliance da FGV. Professor de Direito Tributário e Financeiro da Escola de Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ). Membro da Comissão de Assuntos Tributários do IAB. Vice-presidente da Ethical & Compliance International Institute com sede em Portugal.

Presidente da Comissão Nacional de Compliance e Governança Corporativa do Instituto dos Advogados Brasileiros. Membro da International Fiscal Association. Professor dos Cursos de Mestrado e Doutorado da Universidade Autónoma de Lisboa (UAL). Coordenador e Professor do Curso de Mestrado da UniFG/BA. Presidente da Comissão de Direito à Educação da OAB/RJ. Membro da Comissão de Direito Lusófono do Conselho Federal da OAB.

CLEIDE CALGARO

Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos -UNISINOS. Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul PUCRS. Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Atualmente é Professora da Graduação e Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Direito na Universidade de Caxias do Sul - UCS. É Líder do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica” vinculado a Universidade de Caxias do Sul-UCS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1840-9598> CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>.

CRISTHIAN RODRIGO BARRIOS VARÓN

Abogado, Doctor Honoris Causa al Merito Academico y Juridico por la Academia Juridica de Baja California Mexico, Doctorando en Derecho Constitucional y Administrativo, Magister en Derecho Penal y Derecho Procesal Penal, Magister Scientiarum en Derecho Constitucional y Derechos Humanos, Diplomado en Auditoria Jurídica, Diplomado en Educación Superior y Gestión Universitaria, Título de Perito en Delitos Anticorrupción y Delitos Contra la Fe Pública, Experto en Delitos - Parte Especial, Experto en Investigación Forense, Criminalística y Escena del Crimen, Especialización en Técnicas de Litigación y Fundamentación para Actuaciones en Audiencia y Juicio Oral, Postgrado en Psicología Forense y Criminalística, Postgrado en Medicina Legal Y Forense Aplicado a los Hechos Delictivos, Ponente y Conferencista en eventos y foros Académicos Nacionales e Internacionales, Co-Autor de libros Nacionales e Internacionales sobre Derecho Penal y Administración de Justicia, Docente de Pre y Post grado, en varias Universidades de Bolivia, docente de la Universidad Privada Domingo Savio.

DALTON MAX FERNANDES DE OLIVEIRA

Advogado. Mestre em Direito pelo Centro Universitário de Guanambi – UniFG. Pós-Graduado em Direito Tributário (UNISUL). Pós –Graduado em Direito Processual (Unimontes). Professor do Departamento de Direito Público Substantivo da Unimontes.

DÉBORA BÓS E SILVA

Mestranda em Direito no Programa de Pós-Graduação em Direito, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/CAPEES, na modalidade taxa. Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Especialista em Relações Internacionais. Pós-Graduanda em Direito Processual (PUC/MG). Integrante do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica vinculado a Área de Conhecimento das Ciências Jurídicas e Mestrado/Doutorado em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5410-6335> CV: <http://lattes.cnpq.br/7765348124559288>.

DEILTON RIBEIRO BRASIL

Pós-doutor em Direito pela UNIME, Itália. Doutor em Direito pela UGF/RJ. Professor da graduação e do PPGD - Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna (UIT) e das Faculdades Santo Agostinho (FASASETE-AFYA). Orcid: <http://orcid.org/0000-0001-7268-8009>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1342540205762285>.

DIEGO GERALDO

Licenciado em História pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Especialista em Direito e Planejamento Tributário pela Universidade Estácio de Sá (UNESA). Pesquisador do grupo de pesquisa Garantias processuais civis dos bens transindividuais da Faculdade de Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público. Advogado.

DOUGLAS DE CASTRO

Professor de Direito Internacional na Lanzhou University Law School (China) e Research Fellow no Centro de Estudos Avançados em Direito Internacional e Política da Ambra University (Estados Unidos).

EDGARDO TORRES LÓPEZ

Juez Superior de la CSJ de Lima Norte.

EDSON AMARAL DE ALMEIDA

Doutorando em Direito Penal pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Doutorando em Teoria do Estado e Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestre em Direito Penal (UERJ). Pós-graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF/VR). Graduado pela Universidade Federal Fluminense (UFF/VR). Advogado.

EDUARDO DÍAZ OCAMPO

1Dr.C. Rector de la Universidad Técnica Estatal de Quevedo (UTEQ). Profesor Titular de Derecho Constitucional y Derecho Laboral. República de Ecuador.

EDUARDO J. R. LLUGDAR

Juiz do Exmo. Tribunal Superior de Justiça da província de Santiago del Estero, Argentina. É licenciado como advogado pela Universidade Católica de Santiago del Estero e possui um Certificado de Estudos Avançados em Justiça de Restauração Interdisciplinar e Justiça Juvenil pela Universidade de Genebra, Suíça, e um Mestrado em Direito Judicial e Judiciário pela Universidade Austral de Buenos Aires. É professor de graduação e pós-graduação em diferentes universidades latino-americanas de Filosofia do Direito, Direito Constitucional e Direitos Humanos, e fez parte de cursos de pós-graduação na Colômbia na Universidade de Magdalena e na Universidade de La Sabana. É autor de vários artigos e co-autor e autor de livros de autoria própria. CV completo: <http://mm.jussantiago.gov.ar/cv.pdf>.

ELENA E. GULYAEVA

PhD in International Law; Associate Professor at the European Law Department, Diplomatic Academy of the Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation; Member of the Council on International Affairs of the International Institute of Human Rights (Argentina); Member of the Association for Constitutional Justice (Argentina); Member of the European Association of International Law; Member of the Russian Association of International Law.

FABRIZIA ANGELICA BONATTO LONCHIATI

Doutoranda em Direito pela Universidade de Itaúna (UIT). Mestre em Ciências Jurídicas pela Universidade Cesumar Unicesumar; pós-graduada em Docência do Ensino Superior pela Universidade Cesumar Unicesumar; pós-graduada em Direito Processual Civil pelo Centro Universitário Internacional - Uninter; pós-graduada em Direito Aplicado pela Escola de Magistratura do Paraná; professora formadora no Centro Universitário de Maringá - Unicesumar; graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC/PR. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6007891387844494>. ORCID: 0000-0002-2073-2458.

FAIZ AYAT ANSARI

PhD Research Scholar at the National Law School of India University, Bengaluru, India and a Researcher and Collaborator at the Mediterranean International Centre for Human Rights Research, Reggio Calabria, Italy.

FERNANDA PEREIRA COSTA

Mestre em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna (UIT). Pós-graduada em Direito Imobiliário pela Estácio de Sá. Graduada em Direito pelo Centro Universitário Newton Paiva. Oficiala Substituta do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Luz/MG.

FERNANDO MARQUES KHADDOUR

Bacharel em Direito. Advogado militante. Especialista em Direito Criminal. Mestre em em Direito Ambiental e Sustentabilidade na Escola Superior Dom Helder Câmara.

GABRIELA RITTER BRIGIDO

Pesquisadora. Graduanda em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

GILMAR SIQUEIRA

Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília - UNIVEM. Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Norte do Paraná – UENP. Membro do grupo de pesquisa GPCERTOS UENP, cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq.

HANDEL MARTINS DIAS

Doutor em Direito Processual pela USP. Mestre em Direito Processual pela UFRGS. Coordenador da Pesquisa e Professor de Direito Processual nos cursos de Graduação,

Especialização e Mestrado em Direito da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Membro da Associação Mundial de Justiça Constitucional, do Colégio de Advogados Processualistas Latino-Americanos, do Instituto Brasileiro de Direito Processual e da Associação Brasileira de Justiça Constitucional. Diretor no Brasil do Colégio de Advogados Processualistas Latino-Americanos e Vice-Presidente da Associação Mundial de Justiça Constitucional para a América do Sul. Advogado. Miembro del Comité Científico de la serie Akademie: “Recientes y próximos escenarios de los ordenamientos jurídicos”, editada por la Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales Praeeminentia Iustitia (Perú) y publicada por Ediciones Olejnik (Chile).

HEVERTON ISAAC PIMENTEL BARUD

Mestre em Tecnologia Ambiental pela Universidade Federal Fluminense. Graduado Em Direito.

ISADORA BARISON LOVIZON

Bacharelada em Direito pela Universidade de Caxias do Sul. Membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica, vinculado à área de ciências jurídicas da Universidade de Caxias do Sul. Bolsista pelo CNPq na modalidade Iniciação Científica. CV: <http://lattes.cnpq.br/9724855408328456>.

JACKELLINE FRAGA PESSANHA

Docente de Direito Ambiental – UEMG/Ituiutaba. Doutoranda em Direito – UniCEUB. Mestre em Direito – FDV. Líder do Grupo de Pesquisa Estado & Direito: Estudos contemporâneos –UEMG/Ituiutaba.

JORGE ISAAC TORRES MANRIQUE

Decano de la Facultad de Derecho y Doctor Honoris Causa en Derecho Internacional por la Universidad de Wisdom (Nigeria). Global Advisor y Global Director Legal Maters de la Wisdom University (Albania). Presidente de la Escuela Interdisciplinar de DD. FF. Praeeminentia Iustitia. Doctorados en Derecho y Administración por la UNFV. Autor y coautor de más de cien libros y tratados en Derecho Constitucional, Penal y Administrativo.

JOSÉ SEBASTIÃO FAGUNDES CUNHA

Mestre pela PUCSP – Doutor pela UFPR. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná – Brasil.

JOSÉ TADEU NEVES XAVIER

Pós Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (USC/Espanha), Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Advogado da União, Professor da Graduação em Direito da IMED-POA, Professor da Graduação, Pós-Graduação e Mestrado da Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP).

JULIO HOMEM DE SIQUEIRA

Pesquisador Júnior do Instituto de Estudos em Direito Penal Alimena, Universidade da Calábria, Itália.

KAMILLA MACHADO ERCOLANI

Mestranda em Direito do Programa de Pós-Graduação em Direito, pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Bolsista PROSUC/CAPEES, na modalidade taxa. Advogada. Bacharela em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica vinculado a Área de Conhecimento das Ciências Jurídicas e Mestrado/Doutorado em Direito da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3869-7486> CV: <http://lattes.cnpq.br/1772026392776450>

KAREN MARIE FERROGGIARO

Sociólogo pela Universidade da Califórnia em Berkeley, graduado pelo Boston College, Boston Massachusetts. Docente da Licenciatura em Direitos Humanos e do Mestrado em Defesa dos Direitos Humanos do CECOCISE-UNACH.

KÁTIA RAGNINI SCHERER

Fundação Universidade Regional de Blumenau – FURB, Blumenau/SC (Brasil); Doutora em Direito Público pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI); Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB); Professora Titular da graduação em Direito e da Pós-graduação stricto sensu – Mestrado em direito da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

LAFAYETTE POZZOLI

Pós-doutor em Filosofia do Direito e do Estado pela “Università La Sapienza”, Itália. Doutor e Mestre em Filosofia do Direito e do Estado pela PUC-SP. Professor na Faculdade de Direito e foi Chefe de Gabinete na PUC-SP. Foi Coordenador e professor no Mestrado em Direito e Pró-Reitor de Pós Graduação, Pesquisa e Extensão no UNIVEM – Marília – SP. Advogado. Consultor avaliador do INEP/MEC para Cursos Jurídicos. Líder do Grupo de Pesquisa - GEDs Direitos Fundamentais à Luz da Doutrina Social - Direito e Fraternidade – PUC-SP. Membro do Conselho Editorial da Revista EM TEMPO e das Editoras Letras Jurídicas e Instituto Memória. Foi Professor Assistente no Curso de TGD, ministrado pelo saudoso Professor André Franco Montoro - Pós-Graduação PUC-SP.

LEONARDO ALEXANDRE TADEU CONSTANT DE OLIVEIRA

Mestre em Proteção dos Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna (UIT). Advogado.

LEONARDO DE ANDRADE COSTA

Doutorando em Direito da Regulação na FGV Direito Rio. Professor da FGV Direito Rio. Auditor Fiscal do Estado do Rio de Janeiro com atuação na área de consultoria tributária da Secretaria de Estado de Fazenda.

LEONEL SEVERO ROCHA

Profesor titular de la Universidad de Vale do Rio dos Sinos, profesor de PPGD de la Universidad Regional Integrada del Alto Uruguay (URI), donde coordina la Cátedra Warat; profesor visitante de la Faculté de Droit de la Universidad de París 1. Consultor de Capes y Fapergs. Vicepresidente de la región Sur del CONPEDI.

LITON LANES PILAU SOBRINHO

Profesor de los cursos de Maestría y Doctorado del Programa de Postgrado Stricto Sensu en Ciencias Jurídicas de la Universidad del Vale de Itajaí. Profesor del Programa de Postgrado Stricto Sensu del Máster en Derecho de la Universidad de Passo Fundo.

LORENA DOLABELA MARQUES

Mestranda em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Superior Dom Helder Câmara. Integrante do grupo de pesquisa Responsabilidade Civil por Dano Ambiental. Pós graduanda em Direito Processual pela PUC Minas. Graduação em Direito pela Escola Superior Dom Helder Câmara. Advogada. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0387076600950300>.

LUIZ ANTONIO GUERRA

Mestre e Doutor em Direito/UDELAR-UMSA. Professor de Direito Empresarial. Autor de artigos e livros jurídicos. Advogado. CEO do Guerra Advogados. Presidente do Instituto Guerra Capital/Brasil.

LUIZ FELIPE GUERRA

Mestre e Doutor em Finanças Corporativas Empresariais/Sorbonne Bordeaux. Professor de Direito Econômico-Financeiro. Autor de artigos e livros jurídicos. Advogado. CEO do Guerra Holding. Vice-Presidente do Instituto Guerra Capital/Brasil.

LUIZA CHAVES

Doutora e Mestre em Direito Público e Evolução Social. Professora Adjunta do Curso de Direito do Departamento de Volta Redonda e do Programa de Pós-graduação stricto sensu em Tecnologia Ambiental da Universidade Federal Fluminense – UFF. Pesquisadora líder do Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Direito – GEMADI/UFF. Pesquisadora e professora colaboradora do Programa Stricto Sensu em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Pública, da UFF/UFRJ/Fiocruz. Membro da Comissão de Meio Ambiente da OAB/RJ.

MAGNO FEDERICI GOMES

Estágio Pós-doutoral em Direito Público e Educação pela Universidade Nova de Lisboa-Portugal (Bolsa CAPES/BEX 3642/07-0). Estágios Pós-doutorais em Direito Civil e Processual Civil, Doutor em Direito e Mestre em Direito Processual, pela Universidad de Deusto-Espanha (Bolsa da Cátedra UNESCO e do Gobierno Vasco-Espanha). Mestre em Educação pela PUC Minas. Coordenador e Professor do Doutorado e Mestrado Acadêmico em Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável na Escola Superior Dom Helder

Câmara. Professor Titular licenciado da Faculdade de Direito Arnaldo Janssen. Advogado Sócio do Escritório Moraes & Federici Advocacia Associada. Líder do Grupo de Pesquisa: Responsabilidade Civil e Processo Ambiental (RECIPRO)/ CNPQ-BRA e integrante dos grupos: Centro de Investigação & Desenvolvimento sobre Direito e Sociedade (CEDIS)/ FCT-PT, Núcleo de Estudos sobre Gestão de Políticas Públicas (NEGESP)/CNPQ-BRA e Metamorfose Jurídica/CNPQ-BRA. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-4711-5310>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1638327245727283>.

MANUEL BERMÚDEZ- TAPIA

Abogado graduado con la mención de Summa Cumme Laude por la Pontificia Universidad Católica del Perú. Profesor de la Facultad de Derecho de la Universidad Privada del Norte. Profesor ordinario de la Facultad de Derecho y Unidad de Postgrado de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos. Profesor investigador de la Universidad Privada San Juan Bautista. Master en Derechos Fundamentales por la Universidad Carlos III de España. Magister en Derecho Civil y Comercial por la UPAO. Estudios de especialización en la Universidad de Valencia, en la Universidad de Salamanca y en Castilla La Mancha (España), Universidad de Bolonia y Pisa (Italia). Registrado en RENACYT PO140233 y en el Ministerio de Ciencia, Tecnología e Innovación de Colombia. Scopus ID 57278125300. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1576-9464>.

MARCELA SOUZA FRANÇA

Mestranda do PPGD em Proteção dos Direitos Fundamentais pela Universidade de Itaúna (UIT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2472078928431043>. Advogada.

MARCELO GUERRA MARTINS

Doutor em Direito pela USP. Professor convidado da Universidade Federal Fluminense, no curso de Residência Jurídica. Professor da Escola de Magistrados Federais da Terceira Região (São Paulo, Brasil). Juiz Federal em São Paulo.

MARCELO SANT'ANNA VIEIRA GOMES

Docente de Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil – UEMG/Ituiutaba. Mestre em Direito – UFES. Líder do Grupo de Pesquisa Estado & Direito: Estudos contemporâneos –UEMG/Ituiutaba.

MARCOS LEITE GARCIA

Doutor em Direito (2000); Master em Direitos Humanos (1990); ambos cursos realizados no Instituto de Direitos Humanos da Universidade Complutense de Madrid (UCM), Espanha. Especialista em História da Inquisição também pela UCM (1995). Realizou estágio pós-doutoral na Universidade de Santa Catarina entre 2011 e 2012. Desde 2001 professor do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica, Cursos de Mestrado e Doutorado, e do Curso de Graduação em Direito da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)- Santa Catarina. Da mesma maneira, desde 2015 professor do Programa de Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado, da Universidade de Passo Fundo (UPF) - Rio Grande do Sul. Desde 2001, nos Cursos de graduação em Direito da UNIVALI, ininterruptamente é professor de Direito

Constitucional I nos campi da Grande Florianópolis e em algumas oportunidades também professor de Ciência Política, Hermenêutica Jurídica e História do Direito.

MARIA CECILIA PISTOIA

Advogado formado pela Faculdade de Direito e Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Chefe do Estudio Jurídico Integral. Especialista em Direito da Família, da Infância, da Adolescência e dos Idosos. Investigador em Ciências Jurídicas e Sociais. Mediador. Consultor profissional. Director do Instituto de Direito da Família e das Sucessões da Associação Ibero Americana de Direito, Cultura e Ambiente. Membro activo da Rede Latino-americana de Estudo Investigação de Direitos Humanos e Direito Humanitário, Capítulo Argentina. Coordenador das Comissões no XVII Congresso Internacional de Direito de Família realizado em Mar del Plata, através do Congresso Virtual da Faculdade de Direito da Universidade de Morón. Membro do Fórum de Institutos de Direito de Família da Província de Buenos Aires. Colaborador na elaboração de diversas obras jurídicas. Editor do Capítulo II: Filiação, Volume 2, da obra: “Novo Código Civil e Comercial da Nação”, Editorial Estudio. Palestrante em Seminários e Cursos de Formação. Membro da equipa docente do Curso de Formação para Menores Advogados, Ordem dos Advogados de Morón, Província de Buenos Aires. Autor de artigos científicos. Co-autor de obras jurídicas nacionais e internacionais. Conferencista nacional e internacional.

MARIA EDNA ALVES RIBEIRO

Mestranda “Master of Science in Legal Studies”, Ambra University. Especialista Direito Penal/Processo Penal (UNINASSAU/OAB/PE) e em Psicopedagogia/(FACINTER/PR). Integrante Núcleo Estudos Avançados Direito/Política Internacional, Ambra. Advogada, orientadora de estágio penal/processo penal e Programa “Adoção Jurídica de Cidadãos Presos”, Projetos: Cine Cidadania e Envelhecer no Cárcere (ASCES/UNITA/PE).

MARÍA ELISA ROSA

Abogada. Mediadora. Magister en Gestión Ambiental (Universidad Católica de Salta - Argentina). Secretaria Letrada de primera instancia del Ministerio Público Pupilar de la Provincia de Salta. Miembro del Instituto de Derecho Ambiental y de la Sustentabilidad (IDEAS) de UCASAL. Ex Asesora Legal del Ministerio de Ambiente y Producción Sustentable de Salta (2008-2012). Miembro del Seminario de Derecho Animal del Instituto de Investigaciones A. Gioja (UBA). Coordinadora del Centro de Estudios de Derecho Animal Argentina. Miembro del Knowlegde Network Experts del Programa “Harmony with Nature” de United Nations.

MARIA PAULA RESENDE GALLUCCI RODRIGUEZ

Graduanda em Direito pela Universidade Federal Fluminense (PUVR). Membro do Grupo de Estudos em Meio Ambiente e Direito (GEMADI/UFF).

MARIANA GAVLAK

Acadêmica do curso de Relações Internacionais (UNICURITIBA).

MARIANA MARQUARDT LASS CAMARGO

Graduada em Relações Internacionais (UNICURITIBA). Pesquisadora nas temáticas de Meio Ambiente, Ecopolítica e Relações Internacionais.

MARIÂNGELA GUERREIRO MILHORANZA DA ROCHA

Pós Doutora em Direito pela PUCRS, Doutora em Direito pela PUCRS, Mestre em Direito pela PUCRS, Especialista em Processo Civil pela PUCRS, Advogada, Professora da Graduação em Direito da IMED/POA.

MICHELI PIUCCO

Doutoranda pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Direito da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. Mestra e Graduada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo. Especialista em Relações Internacionais com ênfase em Direito Internacional. Professora na Universidade de Passo Fundo-RS.

NORBERTO ROSABAL CALLEJAS

Licenciado en Derecho. Especialista en Derecho Penal. Facultad de Derecho. Universidad de Oriente. Profesor Instructor Derecho Económico y Financiero en la Disciplina de Empresas. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales. Universidad de Granma. República de Cuba. Presidente de la Sala de lo Económico del Tribunal Provincial Popular Granma.

PABLO DARÍO VILLALBA BERNIÉ

Doctor, Abogado, Decano de la Facultad de Ciencias Jurídicas de la Universidad Católica “Ntra. Sra. de la Asunción”, Campus Itapúa, Encarnación, Paraguay, Prof. de Derecho Procesal Civil en la citada facultad; Profesor de posgrados (Maestrias y Doctorados) en Paraguay y en el exterior; Presidente de la Asociación Paraguaya de Derecho Procesal Constitucional; Secretario General de la Asociación Mundial de Justicia Constitucional; Miembro del Instituto Iberoamericano de Derecho Procesal; Miembro del Instituto Paraguayo de Derecho Procesal; Presidente del Instituto Itapuense de Derecho Procesal; Secretario General del Colegio de Abogados Procesalistas Latinoamericanos. Conferencista internacional, autor de libros y artículos especializados.

PABLO RAFAEL BANCHIO

Doctor en Derecho Privado y Posdoctor en Principios Fundamentales y Derechos Humanos (UCES Argentina). Posdoctor cum laude en Nuevas Tecnologías y Derecho, Università degli Studi di Reggio Calabria (Italia). Magíster en Derecho Empresario (UA). Especialista en Asesoría Jurídica de Empresas (UBA). Profesor de Doctorado, Maestría y Posgrado, en UBA, UNLaM, UNR, UNNE y UCES (Argentina). Coordinador académico de Maestría y Doctorado en Ciencias Jurídicas, Facultad Interamericana de Ciencias Sociales (FICS). Profesor invitado Università Cattolica del Sacro Cuore, Facoltà di Giurisprudenza, Milano (Italia) y Master Internazionale in Diritto Privato Europeo, Università degli Studi di Reggio Calabria (Italia). Miembro titular Centro de Estudios de Derecho Privado (CEDEP), Academia Nacional de Ciencias de Buenos Aires. Rede de Pesquisa Direitos Humanos e Transnacionalidade (REDHT). Director de la Biblioteca “Los desafíos del Derecho en la Era

de la Inteligencia Artificial”, Mediterranea International Centre for Human Rights Research (MICHRR). Director de las Revistas “Doctrina Jurídica”, “Derecho Empresario” y “Revista Argentina de Compliance”.

PATRICIA A. COZZO VILLAFANE

Abogada. Especialista en Tributación Local por la Universidad de Tres de Febrero. Posgrado en Tributación Sub-nacional por la Universidad de Tres de Febrero. Diplomada en Gestión de Políticas Públicas. Posgrado en Discapacidad Universidad de Buenos Aires. Abogada litigante en materia penal. Docente Ley Micaela IPAP y en la Universidad de Manizales de Colombia. Doctoranda en Ciencias Jurídicas con tesis en Derecho Penal Tributario y Económico. Funcionaria de la Agencia de Recaudación de la Provincia de Buenos Aires (ARBA). Conferencista. Autora de artículos de la especialidad y autora de libros y tratados Colectivos. Editorial Olejnik. ORCID: 0000-0002-2558-0051.

PATRICIA GRAZZIOTIN NOSCHANG

Doutora em Direito PPGD/UFSC. Mestre em Direito e Relações Internacionais PPGD/UFSC. Especialista pela Fundação Getulio Vargas em MBA Comércio Exterior e Negócios Internacionais e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Direito Internacional Público, Privado e da Integração Regional. Graduação em Direito pela Universidade Católica de Pelotas. Professora na Faculdade de Direito e no Programa de Pós-Graduação em Direito (Mestrado) da Universidade de Passo Fundo/RS. Coordenadora dos Projetos de Extensão da UPF: Balcão do Migrante e Refugiado e Educação em Direitos Humanos para Juventude.

PAULO ROBERTO REZENDE DE SOUZA

Mestrando em Direitos Fundamentais pela Fundação Universidade de Itaúna; pós-graduado em Direito Constitucional pela Faculdade CERS; Graduado em Direito pela Faculdade de Pará de Minas - FAPAM.

PRISCILA CANEPARO DOS ANJOS

Doutora em Direito Internacional (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Governança, Tecnologia e Inovação (UCB). Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Ambra University. Coordenadora da Clínica de Direito Internacional (UNICURITIBA). Ex professora da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Membro e parecerista da Academia Brasileira de Direito Internacional. Membro da Comissão de Direito Internacional (OAB/PR). Membro e Pesquisadora da RED de Derecho América Latina y Caribe. Membro da Associação Iberoamericana de Derecho, Cultura Y Ambiente. Delegada da Diplomacia Civil para a Organização Mundial do Comércio (OMC) e para o Conselho Econômico e Social (ONU).

RAMIRO FERREIRA DE FREITAS

Professor orientador, mestre em Educação, especialista em Docência Jurídica, Direito Internacional, Filosofia e Direitos Humanos, entre outras áreas. Consultor jurídico, conferencista, membro de associações nacionais e globais.

RENATO DILLY CAMPOS

Advogado, Mestre em Direito das Relações Sociais e Econômicas pela Faculdade de Direito Milton Campos, Doutorando em Direito Ambiental pela Escola Superior Dom Helder Câmara; Professor, convidado, da Pós Graduação em Ciências Penais da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC); Professor, convidado, da Pós Graduação em Direito Penal Econômico da FADIVALE (Governador Valadares – MG); Professor de Direito Penal, do curso de graduação da Faculdade FACISA-MG; membro da Comissão Amicus Curiae do Instituto de Ciências Penais (ICP).

RICARDO HERMANY

Pós-Doutor na Universidade de Lisboa (2011); Doutor em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2003) e Doutorado sanduíche pela Universidade de Lisboa (2003); Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (1999); Professor da graduação e do Programa de Pós Graduação em Direito- Mestrado/Doutorado da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Coordenador do grupo de estudos Gestão Local e Políticas Públicas – UNISC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7923614119_266328>. ORCID: <<http://orcid.org/0000-0002-8520-9430>>. Consultor Jurídico da Confederação Nacional de Municípios – CNM.

RICARDO MAURÍCIO FREIRE SOARES

Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Roma La Sapienza e pela Università degli Studi di Roma Tor Vergata. Pós-Doutor e Doutor em Direito pela Università del Salento/Universidade de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal da Bahia (Mestrado/Doutorado). Professor da Faculdade Baiana de Direito e da Faculdade Ruy Barbosa. Membro do Instituto dos Advogados Brasileiros e do Instituto dos Advogados da Bahia. Membro da Academia de Letras Jurídicas da Bahia. Membro do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. Autor de diversas obras jurídicas.

ROGÉRIO CANGUSSU DANTAS CACHICHI

Mestre em direito pelo Centro Universitário Eurípides de Marília – UNIVEM/Fundação, sob a orientação do Prof. Dr. Lafayette Pozzoli e a coorientação do Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa (UENP). Graduado em filosofia (UEL). Membro dos grupos de pesquisas: GPCERTOS e Políticas Públicas (UENP), ambos cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisas do CNPq. Organizador do livro e articulista de artigos, dentre outros, Fraternidade e Misericórdia – um olhar a partir da justiça e do amor. Juiz Federal, da Subseção Judiciária de Jacarezinho/PR.

SAMIRA IASBECK DE OLIVEIRA SOARES

Mediadora de Conflitos desde 2005, Consultora Jurídica em Meio Ambiente e Reguladora de Serviços Públicos da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa); Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Mestra em Ciência Ambiental, pela Universidade de São Paulo (USP); Membro Consultora da Comissão

Especial de Mediação e Conciliação do Conselho Federal da OAB Gestão 2016-2019. Integrante e cofundadora do Grupo Avançado de Mediadores Institucionais (GAMEI); autora dos Livros “Licença Ambiental: uma contribuição para a concretização do princípio do desenvolvimento sustentável”; “Mediação de Conflitos Ambientais - Um novo caminho para a Governança da Água no Brasil?”; “Eduardo e os detetives do ambiente”; e “Mediação de Conflitos Ambientais, Governança da Água no Brasil, 2022”; Professora de mediação de conflitos e de direito ambiental; instrutora da Escola de Governo do Distrito Federal- EGOV e professora convidada da Fundação Dom Cabral – FDC.

SAMYUKTHA ANURAM

Specialist in Constitutional Law at Gujarat National Law University, Gandhinagar, India.

SILMARA VEIGA DE SOUZA CALESTINI MONTEMOR

Advogada. Doutora em Direito Internacional Ambiental pela Universidade Católica de Santos.

TALISSA TRUCCOLO REATO

Doutora em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (2019/2021). Bolsista CAPES durante o Doutorado. Mestra em Direito pela Universidade de Passo Fundo (2016/2018). Bolsista CAPES/taxa durante o Mestrado. Especialista em Direito Processual (2014/2015) e Bacharela em Direito (2009/2013) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim. Membro do Grupo de Pesquisa Metamorfose Jurídica do PPG-Direito da UCS. Advogada (2014/atual) Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1181538186817002>. Orcid: <<https://orcid.org/0000-0003-4376-1208>.

VANESSA DE FÁTIMA TERRADE

Doutora em direito público pela Universidade Paris 13- PRES Sorbonne-Paris-Cité. Mestre em direito ambiental pelas Universidade Paris 1 – Panthéon-Sorbonne e Paris 2 – Panthéon-Assas. Professora do Curso de Direito da Universidade Federal Fluminense, campus de Volta Redonda, das disciplinas de direito administrativo e de direito ambiental.

VANESSA DO CARMO FERREIRA JENUÁRIO

Especialização em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

VANESSA EUGÊNIA TEIXEIRA DOS SANTOS

Mestranda em Tecnologia Ambiental – UFF. Licenciada em Ciências Biológicas – UFRJ. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação à Distância – UFF; Especialista em Educação Ambiental - FCE; Professora de Biologia e Química da rede estadual de ensino na cidade de Volta Redonda. Tutora Coordenadora do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no polo CEDERJ Volta Redonda.

VINÍCIUS MOREIRA MENDONÇA

Mestre em Direito pela Universidade de Caxias do Sul (UCS). Graduado em Direito pela Universidade da Região da Campanha (URCAMP). Analista Processual na Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

VITÓRIA PIUCCO

Estudiante de Master en Derecho en la Universidad de Passo Fundo, con beca UPF. Licenciada en Ciencias Jurídicas y Sociales por la Universidad de Passo Fundo - UPF. Abogada.

VLADIMIR PASSOS DE FREITAS

Professor doutor de Direito Ambiental e Sustentabilidade do Programa de Pós-graduação stricto sensu da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR. Desembargador Federal aposentado, ex-Presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Ex-Promotor de Justiça nos Estados do Paraná e São Paulo. Ex-Secretário Nacional de Justiça do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

YAKMILA APARICIO

Máster en Auditorías Ambientales mención Derecho Ambiental, postgrado en proyectos de agua y saneamiento, experiencia en el registro de Comités de Agua Potable para consumo humano al agua, fue Asesora Legal de la Dirección de Gestión Ambiental y Cambio Climático en el equipo técnico y legal de revisores de Instrumentos de Regulación de Alcance particular entre ellos proyectos hídricos.

PREFÁCIO

A obra denominada “TRATADO DOS DESAFIOS PARA A REALIZAÇÃO EFETIVA DO MELHOR DIREITO FUNDAMENTAL A DESFRUTAR DE UM MEIO AMBIENTE SADIO SAUDÁVEL E PROPÍCIO À VIDA” organizada pelo ilustre jurista Jorge Isaac Torres Manrique é uma coletânea de artigos de diversos pensadores que proporcionam uma preocupação com o direito fundamental ao meio ambiente saudável e com a sociedade atual. São tratados diversos temas a partir da perspectiva de vários países trazendo uma visão importante para que haja a cooperação entre as nações a fim de que exista a minimização dos problemas socioambientais advindos da sociedade de consumo contemporânea.

O livro apresenta estudos que se preocupam com questões socioambientais essenciais, como: uma preocupação com o direito ambiental contemporâneo; a formação jurídica ambiental a partir de uma visão holística; o problema da efetivação do direito ao gozo de um meio ambiente saudável no Paraguai; um estudo de tributação e meio ambiente apresentando o IPTU verde e a preocupação com o direito fundamental; uma análise dos desastres ambientais e a necessidade de reparação; os recursos fiscais na gestão ambiental; um estudo da Amazônia brasileira; o direito penal como um instrumento para a proteção ambiental tendo como referência a Argentina e o direito ao meio ambiente e as interfaces da sustentabilidade e da energia eólica.

Além disso tem-se uma análise por parte dos autores dos capítulos voltadas ao: consumocentrismo e uma ética socioambiental; um aprofundamento dos corredores ecológicos e da sustentabilidade, do biocentrismo e dos direitos da natureza; um estudo da aproximação entre os direitos fundamentais e os direitos da natureza; uma preocupação com os direitos fundamentais, sustentabilidade ambiental e obsolescência planejada dentro da sociedade consumocentrista; uma visão dos direitos fundamentais, do meio ambiente, da ecologia radical e do desenvolvimento sustentável e a tutela ambiental e sua efetividade na proteção do meio ambiente.

Continuam os autores estudando mais questões relacionadas ao meio ambiente como direito fundamental, sendo elas: a sustentabilidade e as políticas públicas no combate a despovoação rural no Brasil e na Espanha; a vulnerabilidade com elemento que constitui os desastres ambientais; o estudo das mudanças climáticas; os impactos socioambientais da pesca fantasma; o mercado sustentável e o impacto da pandemia da Covid-19 nos hábitos socioambientais e problemas urbanos.

Também é apresentado uma preocupação sobre a água potável e as comunidades de baixa renda, uma abordagem crítica da tutela ambiental à luz de Max Horkheimer, além disso, é feito um estudo sobre a carga de prova para a reparação integral do meio ambiente e a verificação da tipificação regulamentar em efluentes ambientais. A seguir os autores dos capítulos apresentam uma abordagem acerca das *smart rural communities* e a minimização da

problemática socioambiental sendo uma perspectiva a partir da Espanha; uma análise do desenvolvimento sustentável como um direito; a omissão penalmente relevante e a função de garante do *compliance officer* ambiental; o direito a educação ambiental; a tutela ambiental sob os ensinamentos de Max Horkheimer e Theodoro Adorno; a responsabilidade socioambiental das empresas, objetivos de desenvolvimento sustentável 9 e 12 e a força normativa; o direito ambiental internacional e os direitos fundamentais numa perspectiva de Enrique Leff; uma perspectiva sobre a pandemia e a fraternidade; a proliferação de doenças e o problema do sistema sanitário no Brasil; uma apreciação do sistema nacional do meio ambiente brasileiro a partir da ecopolítica internacional; aspectos sobre a biopirataria; um estudo acerca da elevação de inundações em época de chuvas no Brasil e o problema do racismo ambiental.

A seguir os capítulos continuam trabalhando com uma preocupação socioambiental trazendo pesquisas como: o pluralismo jurídico em uma chave constitucional ambiental; direito agroambiental; ecocídio e os delitos ambientais; análise de como aproximar o direito ambiental e o direito da natureza; as roupas e os danos ambientais; o desastre da Covid-19 e os impactos aos ODS nº 1, 14 e 15 da agenda 2030; a legitimidade do direito penal e os delitos ambientais brasileiros; a pobreza e o direito a saúde ambiental infantil; a formação ambiental e as tecnologias de informática e comunicação em tempos de pandemia da Covid-19; a efetividade do direito humano ao desenvolvimento sustentável em face da soberania no Estado contemporâneo; a justiça constitucional e estado social ambiental; o Tribunal de Justiça ambiental na América Latina e no Caribe, e, por fim, o propósito da Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, a análise do sistema nacional do meio ambiente brasileiro a partir da ecopolítica internacional

Ao se observar os capítulos apresentados conclui-se de que deve haver uma mudança de racionalidade, onde as pessoas entendam a sua função na sociedade enquanto cidadãos participativos. Funções essas de participação, seja através de políticas públicas locais que os fazem sentir pertencentes, seja através de uma ideia de cooperação social pautada no fato de que, esses cidadãos interagem em torno do bem comum, da solidariedade e da empatia. Outro elemento que necessita de mudanças e de uma ressignificação é a forma do sistema capitalista voltado para a visão de ganho das grandes corporações, que criam padrões de consumo, as quais somente visam o lucro, independente do que possa ocorrer no âmbito social e ambiental.

No que se refere ao Estado, este possui obrigação de atuar conforme a responsabilidade socioambiental, pois é o ente que tem, também, o dever com a coletividade e não com o capital transnacional devendo-se manter fiel aos preceitos de ética e de democracia. É preciso discutir os problemas socioambientais que assolam os nossos países e verificar o real papel do Estado na sociedade consumocentrista. Outros fatores que precisam ser pensados é a ressignificação do consumo, a empatia dos sujeitos, a cooperação social entre Estados, entre outros.

Quero externar meu carinho, honra e gratidão ao autor dessa magnífica obra organizada que me permitiu realizar o prólogo e exteriorizar as preocupações com a proteção do direito ao meio ambiente saudável e da sociedade. Termino esse prólogo com duas citações, uma de François Ost dizendo que “a natureza permanece ‘encantada’, ordenada para fins que ultrapassam o humano, não podendo este conceber a sua sobrevivência senão na submissão aos seus ritmos e às suas leis. E, afirma que, desde a origem, portanto, que o homem transforma

o mundo que o rodeia. Transformação discreta e como que carregada de culpabilidade num primeiro tempo, que depressa se tornará brutal, maciça e dominadora”.¹

E, por fim, Leonardo Boff demonstra que “para alcançarmos sabedoria que nos ofereça alguma luz, [...] é preciso, em primeiro lugar, tirar o ser humano de seu falso pedestal e de sua solidão onde se autocolocou: fora e acima da natureza. É seu antropocentrismo ancestral e seu individualismo visceral. Ele inter-existe e co-existe com outros seres no mundo e no universo. Ele precisa reconhecer esse vínculo de solidariedade cósmica, e inserir-se conscientemente nela. A centralidade em si mesmo – antropocentrismo – é sinal de arrogância e de falsa consciência. Em primeira instância, nós somos para a Terra. Somente a partir daí, a Terra é para nós”.²

Caxias do Sul, outubro de 2024

CLEIDE CALGARO

Pós-Doutora em Filosofia e em Direito ambos pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutora em Ciências Sociais na Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS. Doutora em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Doutora em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Membro do Comitê Assessor de Ciências Humanas e Sociais da FAPERGS: Membro Titular (2019-2022/2022-2024). Presidenta do Conselho Consultivo Internacional da Escuela Interdisciplinar de Derechos Fundamentales Praeeminentia Iustitia - Perú. Socióloga, Pedagoga e Psicanalista. Atualmente é Professora da Graduação e Pós-Graduação - Mestrado e Doutorado - em Direito na Universidade de Caxias do Sul - UCS. É Líder do Grupo de Pesquisa “Metamorfose Jurídica” vinculado a Universidade de Caxias do Sul-UCS. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1840-9598>. CV: <http://lattes.cnpq.br/8547639191475261>. E-mail: ccalgaro1@hotmail.com

1. OST, François. A natureza à margem da lei. Lisboa: Piaget, 1997, p. 31-33.

2. BOFF, Leonardo. O despertar da águia. O dia-bólico e o sim-bólico na construção da realidade. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001, p. 21.

PREFÁCIO

Foi com muita honra e alegria que aceitei o convite do ilustre professor doutor Jorge Isaac Torres Manrique para proferir algumas palavras sobre a belíssima obra coletiva, intitulada “Tratado dos desafios para a realização efetiva do melhor direito fundamental a desfrutar de um meio ambiente sadio saudável e propício à vida”.

Trata-se de uma coletânea de artigos de diversos pensadores, de variados lugares do mundo, os quais, de forma individualizada ou em coautoria, trazem estudos e reflexões sobre questões atuais do meio ambiente natural.

Costumo vincular a temática ambiental com o direito constitucional, visto que o objeto do estudo envolve a *Pachamama* em sua plenitude, realçando – assim – que o seu espaço nas Constituições dos países deve ser alçado a direito fundamental de todos os seres vivos e, não somente dos humanos. Nessa perspectiva, o livro, muito bem idealizado pelo doutor Jorge Manrique, traz rico arsenal de assuntos, abordando temas importantes como: “Agenda interdisciplinar pendiente del derecho ambiental contemporáneo”, maravilhosamente escrito pelos pensadores Jorge Isaac Torres Manrique e Magno Federici Gomes; “o direito da navegação e os desastres ambientais: um estudo a partir dos princípios da precaução e do poluidor- pagador”, das estudiosas Kamilla Machado Ercolani Cleide Calgaro; “La formación jurídico ambiental. Visión holística”, do autor Alcides Francisco Antúnez Sánchez. “Desastres ambientales: a necessidade de um fundo reparador efetivo”, desenvolvido por Marcelo Sant’Anna Vieira Gomes e Julio Homem de Siqueira. Em outros capítulos é possível constatar questões específicas abordadas por Camilo Javier Cantero Cabrera, “El largo camino en Paraguay para la efectivización del derecho fundamental a gozar de un medio ambiente sano y saludable desde la nueva Constitución de la República de 1992”; “Tributação e meio ambiente: O IPTU verde e os direitos fundamentais, escrito pelos professores Cláudio Carneiro Bezerra Pinto e Coelho Dalton Max Fernandes de Oliveira; “El derecho a un medio ambiente saludable, protegido y equilibrado y la identificación de los principios del derecho ambiental en Bolivia, de Yakmila Aparicio; “Recursos fiscais na gestão ambiental, trazido por Patricia A. Cozzo Villafañe; “A cor primária da amazônia brasileira: uma abordagem histórico-jurídica da Amazônia Azul”, de Priscila Caneparo Mariana Gavlak; “La vulnerabilidad como elemento constitutivo de los desastres ambientales. Un análisis a partir del orden jurídico brasileño y el estudio de caso de las comunidades de pavão-pavãozinho y Cantagalo”, de Ana Clara Brandelli Alves dos Santos, Débora Bós e Vinícius Moreira Mendonça; “Corredores ecológicos e sustentabilidade: análise custo-benefício sob a ética aplicada”, de Ana Alice De Carli e Leonardo de Andrade Costa; “El modelo de ropa fast fashion y sus impactos: Daños ambientales, sociales y laborales esclavizantes”, apresentado por Vitória Piucco Liton Lanes Pilau Sobrinho e Leonel Severo Rocha; “A conscientização como poder transformador da crise ambiental: um estudo sobre a elevação de inundações em época de chuvas no Brasil”, de Paulo Roberto Rezende de Souza e de Deilton Ribeiro Brasil; “Os impactos socioambientais da pesca fantasma: uma análise a partir do “Relatório maré fantasma –Situação atual, desafios

e soluções para a pesca fantasma no Brasil”, estudo realizado por Kamilla Machado Ercolani, Débora Bós e Silva e Cleide Calgaro. A obra também dá espaço para temas que envolvem o direito ambiental penal, conforme se verifica nos artigos: “O direito penal como instrumento jurídico, para a proteção do ambiente. Referência especial na Argentina”, de Eduardo J. R. Llugdar; “A omissão penalmente relevante e a função de garante do compliance officer ambiental”, pontuada por Magno Federici Gomes Renato Dilly Campos e Jorge Isaac Torres Manrique; “La legitimación del derecho penal en la responsabilidad penal de las entidades jurídicas en los delitos ambientales brasileños”, de Edson Amaral de Almeida e Ana Alice De Carli; “La importancia de la inversión de la carga de la prueba para la reparación integral del medio ambiente”, de Handel Martins Dias Lia Sarti e de Gabriella Guimarães Moita; “Ecocidio, una nueva mirada a los delitos medioambientales desde la perspectiva del derecho penal internacional: Un tema pendiente para la agenda social”, Crithian Rodrigo Barrios Varón. Ainda, não faltaram temas vinculando meio ambiente, saúde e, ainda, suas mazelas decorrentes da pandemia da Covid-19. Nesse contexto estão os ótimos textos: “El impacto de la pandemia del covid-19 en los hábitos socioambientales y los problemas urbanos: recomendaciones para el futuro incierto”, das autoras Talissa Truccolo Reato e Cleide Calgaro; “A necessária concretização do direito fundamental à água potável às comunidades de baixa renda e as mazelas decorrentes dessa conjectura durante a pandemia da COVID-19”, escrito por Heverton Isaac Pimentel Barud e Ana Alice De Carli; “El desastre biológico Covid-19 y los impactos en el logro de los objetivos de desarrollo sostenible (ODS) N° 1, 14 y 15 de la agenda 2030”, de Fabrizia Angelica Bonatto Lonchiati e de Deilton Ribeiro Brasil; “Pandemia e fraternidade: a resposta comunitária oferecida pela agenda da ONU 2030 uma agenda para o século XXI”, de Lafayette Pozzoli, Rogério Cangussu Dantas Cachichi e de Gilmar Siqueira; “Proliferação de doenças frente ao precário sistema de esgotamento sanitário no Brasil: um problema socioambiental a ser pensado”, DE Isadora Barison Lovizon E Cleide Calgaro. O meio ambiente em sua plenitude – de fato – conecta-se com todas as áreas, inclusive o consumo de bens e serviços. Nesse cenário há relevantes artigos no livro, tais como: “A indústria cultural como produto do consumocentrismo: o esclarecimento e a ética socioambiental”, proposto por Kamilla Machado Ercolani Débora Bós e Silva e Cleide Calgaro; “Direitos fundamentais, sustentabilidade ambiental *versus* obsolescência planejada na sociedade consumocentrista”, de José Tadeu Neves Xavier e de Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha; “Pobreza, niñez y el derecho fundamental a la salud ambiental infantil”, de María Elisa Rosa.

Cabe destacar textos que revelam a importância da responsabilização dos causadores de danos ambientais, da ação do Poder Judiciário e de práticas de educação ambiental. Nesse sentido estão os textos: “Responsabilidade socioambiental das empresas, objetivos de desenvolvimento sustentável 9 e 12 e a força normativa”, de Magno Federici Gomes e Lorena Dolabela Marques; “Justicia constitucional y el novel paradigma del estado social medioambiental”, de Pablo Darío Villalba Bernié; “Perspectiva de efetividade do direito humano ao desenvolvimento sustentável em face da soberania no Estado contemporâneo”, de Leonardo Alexandre Tadeu Constant de Oliveira e Deilton Ribeiro Brasil; “Tribunal de Justicia Ambiental en América Latina y el Caribe”, de Edgardo Torres López; “Uma análise do sistema nacional do meio ambiente brasileiro a partir da ecopolítica internacional”, de Mariana Marquardt Lass Camargo e Priscila Caneparo Dos Anjos; “El diálogo jurisprudencial acerca de la importancia de la constitución ecológica. Su desarrollo en la jurisprudencia constitucional comparada y boliviana”, de Alan E. Vargas Lima; “Educação ambiental: Um direito fundamental em construção”, de Ana Alice De Carli e Leonardo de Andrade Costa. Oportuno salientar que outros textos serão incorporados a esta brilhante coletânea, os quais

não estão aqui mencionados, em razão do prazo estimado para entrega deste prólogo. Por fim, ressalto que se trata de uma obra voltada para o público profissional da área ambiental, mas também para todos os interessados em estudar questões importantes à toda humanidade, porquanto todos nós fazemos parte do grande organismo vivo chamado *Pachamama*, e todos dependemos de sua saúde!.

ANA ALICE DE CARLI

Doutora e Mestre em Direito – Professora da Universidade Federal
Fluminense

Rio de Janeiro – Brasil – outubro /2024

PREFÁCIO

O direito fundamental ao meio ambiente é um tema cada vez mais relevante e urgente na sociedade contemporânea. O reconhecimento de que todos os seres humanos têm o direito a viver em um ambiente saudável, equilibrado e sustentável é fundamental para a promoção da justiça social e da preservação do planeta sendo uma conquista significativa no campo dos direitos humanos. Ele reconhece que todas as pessoas têm o direito de viver em um ambiente saudável, equilibrado e sustentável, no qual possam desfrutar de sua vida, saúde, bem-estar e desenvolvimento pleno.

Esse direito está intimamente ligado à qualidade de vida e ao respeito pela dignidade humana. Afinal, um meio ambiente degradado e poluído afeta negativamente a saúde das pessoas, a disponibilidade de recursos naturais essenciais e a capacidade de desfrutar dos benefícios que a natureza oferece.

Embora o direito fundamental ao meio ambiente não esteja expressamente mencionado em todas as constituições ou tratados internacionais de direitos humanos, ele é amplamente reconhecido por meio da interpretação de outros direitos fundamentais, como o direito à vida, à saúde, à alimentação adequada, à moradia, à água limpa, entre outros.

A proteção do meio ambiente é uma responsabilidade compartilhada por todos os setores da sociedade, sejam governos, empresas, organizações não governamentais ou indivíduos. Ela requer a adoção de medidas eficazes para prevenir a degradação ambiental, promover a conservação dos recursos naturais e garantir o desenvolvimento sustentável. Dentro desse contexto, o direito ambiental desempenha um papel fundamental. Ele estabelece normas jurídicas e mecanismos de aplicação que visam proteger o meio ambiente e garantir o cumprimento do direito fundamental ao meio ambiente. O direito ambiental abrange uma ampla gama de áreas, como a conservação da biodiversidade, o controle da poluição, a gestão dos recursos naturais, o planejamento urbano sustentável e a responsabilidade civil por danos ambientais.

O direito fundamental ao meio ambiente também envolve a participação ativa da sociedade na tomada de decisões ambientais. Isso inclui o direito à informação ambiental, o direito de participar de processos de tomada de decisão e o acesso à justiça em casos de violações ambientais. A participação pública efetiva fortalece a governança ambiental, aumenta a transparência e permite que as vozes dos afetados sejam ouvidas. É importante ressaltar que o direito fundamental ao meio ambiente não se limita às fronteiras nacionais. As questões ambientais são globais em sua natureza, e a cooperação internacional desempenha um papel crucial na proteção do meio ambiente em escala global. Ao pensar globalmente, considera-se a necessidade de soluções colaborativas, cooperação internacional e abordagens holísticas.

Reconhece-se que os desafios ambientais não podem ser enfrentados isoladamente por um único país ou comunidade, mas exigem esforços conjuntos em nível global enquanto que

ao agir localmente, poder-se-á promover a sustentabilidade por meio de práticas conscientes, como a redução do consumo de recursos, a conservação da energia, o apoio a iniciativas de reciclagem e a proteção dos ecossistemas locais.

Neste livro, intitulado “Tratado para a realização efetiva do direito no meio ambiente: Novos desafios”, os autores fazem uma análise profunda e exaustiva desse direito, explorando seu caráter interdisciplinar e sua relação com diversas áreas do conhecimento. As premissas centrais do livro transcendem a perspectiva tradicional do direito ambiental, aprofundando-se em diversos territórios, como a sustentabilidade, a vulnerabilidade como elemento constitutivo dos desastres ambientais, a mudança climática como determinante na criação de uma nova modalidade de refúgio, a importância da criação de um Tribunal Regional Latino-Americano para o cuidado do meio ambiente, a necessidade de um Estatuto de Proteção e Defesa dos Animais, entre outros.

Ao longo das páginas deste livro, o leitor será convidado a refletir sobre a importância do direito fundamental ao meio ambiente não apenas como uma questão jurídica, mas como um princípio orientador para a tomada de decisões em todas as áreas da sociedade para o bem-estar físico e psicológico do presente, sem empobrecê-lo e torná-lo inviável para o bem-estar do futuro. Os autores examinam como o direito ambiental pode e deve influenciar as políticas públicas, as práticas comerciais e o comportamento individual, buscando construir um futuro mais sustentável para todos por meio de uma abordagem transdisciplinar do direito continental que incentiva a colaboração e a troca de conhecimentos entre especialistas de diferentes áreas. Ao combinar o conhecimento jurídico com a transdisciplinaridade de outras disciplinas, é possível avançar na compreensão dos desafios ambientais e buscar soluções inovadoras e eficazes.

Este livro é uma contribuição valiosa para estudantes, acadêmicos, profissionais do direito e interessados em geral que desejam aprofundar sua compreensão sobre o direito fundamental ao meio ambiente e suas implicações em nossa sociedade atual. Com uma abordagem acessível e fundamentada, os autores nos conduzem a um caminho de reflexão e conscientização, despertando o desejo de promover mudanças positivas para a proteção do meio ambiente.

Essa é a proposta do livro!

Barbacena-MG, 13 de outubro de 2024

DEILTON RIBEIRO BRASIL

Pós-Doutor em Direito pela Università degli Studi di Messina, Itália. Doutor em Direito pela Universidade Gama Filho-RJ. Professor da Graduação e do PPGD - Mestrado e Doutorado em Proteção dos Direitos Fundamentais da Universidade de Itaúna (UIT) e das Faculdades Santo Agostinho (FASASETE-AFYA).

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7268-8009>.

SUMÁRIO

AUTORES.....	9
PREFÁCIO	25
PREFÁCIO	29
PREFÁCIO	33
INTRODUCCIÓN.....	69

CAPÍTULO 1

Jorge Isaac Torres Manrique

Magno Federici Gomes

AGENDA INTERDISCIPLINAR PENDENTE DO DIREITO AMBIENTAL CONTEMPORÂNEO.....	71
Introdução	71
1 Como diagnóstico situacional	72
1.1 Consumo-centrismo	73
1.2 Proteção de novos sujeitos de direito	73
1.3 Transferência de processos ambientais para sedes judiciais	73
1.4 Princípio da maior velocidade.....	73
1.5 Inovações jurídicas.....	73
1.6 Novos princípios ambientais.....	74
1.7 Inclusão de direitos adicionais	75
2 Novos princípios	76
3 Cenário interdisciplinar essencial.....	77
3.1 Inteligência artificial.....	77
3.2 Codificação.....	77
3.3 Governança.....	77
3.4 Melhor direito a um ambiente saudável e saudável.....	78
3.5 Formação e sensibilização.....	79

3.6 Interdisciplinaridade.....	79
3.7 Interinstitucionalidade.....	79
3.8 Perda florestal na Amazônia.....	79
3.9 Mineração artesanal.....	80
3.10 Ratificação urgente do Acordo de Escazú no Peru.....	80
4 Considerações finais.....	82
Referências.....	82

CAPÍTULO 2

Alfonso Jaime Martínez Lazcano

Karen Marie Ferroggiaro

Cándida Aremi Gutiérrez Zenteno

PRINCÍPIO DE PRECAUÇÃO E AMBIENTE SAUDÁVEL.....	85
Introdução.....	85
1 Defesa do Meio Ambiente Saudável.....	87
1.1 Escopo individual.....	88
1.2 Escopo institucional.....	89
1.3 Escopo coletivo.....	90
2 Meio Ambiente Saudável e outros direitos.....	91
2.1. Desarrollo sustentable.....	91
2.2. segurança humana.....	92
3 Critérios judiciais nacionais e o princípio da precaução.....	92
4 Jurisprudência Interamericana.....	96
Considerações finais.....	96
Referências.....	97

CAPÍTULO 3

Maria Paula Resende Gallucci Rodriguez

Ana Alice de Carli

REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE UMA MOEDA LOCAL COMO POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL SUSTENTÁVEL.....	99
Introdução.....	99
1 Políticas Públicas como instrumento de materialização de direitos.....	101
2 Desenvolvimento Sustentável.....	102
3 Moedas locais e desenvolvimento local.....	103
4 Moedas Locais Públicas Sustentáveis e Limites Jurídicos.....	105

4.1 Moeda Local Lixo, em Portugal: exemplo além-mar.....	106
4.2. Moeda Verde, em Santo André, São Paulo	107
5 Cooperativas de reciclagem	108
Considerações finais.....	108
Referências.....	110

CAPÍTULO 4

Douglas de Castro

Maria Edna Alves Ribeiro

DIREITOS DA NATUREZA: A EMERGÊNCIA DE UM NOVO SUJEITO DE DIREITO INTERNACIONAL?	113
---	-----

Introdução	113
1 A legitimação da natureza como titular de direito	114
1.1 A Natureza como sujeito de direito internacional sob perspectivas do novo constitucionalismo.....	115
2 Capacidade postulatória da natureza no tpi e sistema interamericano de proteção dos direitos humanos	120
2.1 TPI.....	120
2.2 Sistema interamericano de proteção dos direitos humanos	122
Considerações finais.....	124
Referências.....	125

CAPÍTULO 5

Luiz Antonio Guerra

Luiz Felipe Guerra

DIREITOS FUNDAMENTAIS E A PROTEÇÃO E DEFESA DO MEIO AMBIENTE PUNIÇÃO AOS CRIMES AMBIENTAIS TRANSFRONTEIRIÇOS	129
--	-----

Introdução	129
1 Da realidade do meio ambiente e dos ecossistemas na américa latina e caribe.....	136
2 Dos crimes ambientais e da sua repercussão além fronteiras.....	139
3 A necessidade de criação do tribunal de justiça ambiental da américa latina e caribe...140	
Considerações finais.....	141

CAPÍTULO 6

Marcos Leite Garcia

O FENÔMENO DOS “NOVOS” DIREITOS FUNDAMENTAIS E AS DEMANDAS TRANSNACIONAIS: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE A INCLUSÃO DA QUESTÃO AMBIENTAL NA LISTA DOS DIREITOS HUMANOS143

Introdução143

1 Demandas transnacionais, direitos fundamentais e suas linhas de evolução145

2 Principais características dos “novos” direitos148

3 Características do processo de especificação e os direitos fundamentais transnacionais...150

3.1 Demandas transnacionais de direitos fundamentais especificadas quanto ao titular .150

3.2 Demandas transnacionais de direitos fundamentais especificadas quanto ao conteúdo.....153

4 Fundamentação do fenômeno da transnacionalidade158

Considerações finais.....162

Referências.....163

CAPÍTULO 7

Kátia Ragnini Scherer

A FUNÇÃO DOS OS SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS PARA A RESILIÊNCIA JURÍDICA AOS DESASTRES CLIMÁTICOS.....167

Introdução167

1 Ciência, da economia e da política: a policontextualidade dos serviços ecossistêmicos...168

2 Assimilação dos serviços ecossistêmicos pelo direito176

3 Serviços ecossistêmicos e sua função adaptativa e de resiliência aos desastres climáticos...178

Considerações finais.....179

Referências.....180

CAPÍTULO 8

Alma Delia Herrera Márquez

PROTEÇÃO AMBIENTAL COMO UM DIREITO HUMANO E RESPONSABILIDADE DO ESTADO. O PAPEL DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS.....185

Introdução185

1 Evolução da proteção ambiental desde a jurisprudência da corte interamericana de direitos humanos (iachr) até a justiça ambiental186

3 O papel da corte interamericana de direitos humanos na proteção do direito humano de

cuidar do meio ambiente	189
4 O tribunal interamericano de direitos humanos (iachr) decidiu vários casos relacionados à proteção ambiental desde sua criação	191
5 Responsabilidade do estado pela proteção ambiental no âmbito do sistema interamericano.....	193
5.1 A corte Interamericana de Direitos Humanos como pilar do progresso democrático na proteção ambiental: O sistema interamericano. O que o senhor quer dizer com progresso democrático da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre o meio ambiente? ...	196
Considerações finais.....	198
Referências.....	199

CAPÍTULO 9

Maria Cecilia Pistoia

CONTAMINAÇÃO AMBIENTAL PELO CHUMBO E O SEU IMPACTO NA SAÚDE DAS CRIANÇAS.....	201
Introdução	201
1 Poluição ambiental	202
2 Anemia de chumbo.....	203
3 Efeitos tóxicos nas crianças.....	204
4 A prevenção	204
5 O direito das crianças à saúde e o seu reconhecimento legal.....	205
Considerações finais.....	206
Referências.....	206

CAPÍTULO 10

Camilo Javier Cantero Cabrera

O LONGO CAMINHO NO PARAGUAI PARA A REALIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL DE DESFRUTAR DE UM AMBIENTE SAUDÁVEL DESDE A NOVA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE 1992	207
1 Queda da ditadura e da nova constituição.....	207
2 O desafio acadêmico.....	208
3 Contribuições da nova constituição de 1992	209
4 A evolução da legislação paraguaia.....	209
5 Tornar a protecção ambiental eficaz como um direito fundamental	210
6 A qualidade da democracia, crise de representatividade	211
7 Políticas públicas.....	212

8 Contribuição do Tribunal Supremo de Justiça.....	213
Considerações finais.....	213
Referências.....	214

CAPÍTULO 11

Vanessa de Fátima Terrade

CONJUNTO DE DIFERENTES SISTEMAS DE INVENTÁRIO DE ÁREAS CONTAMINADAS COMO FORMA DE DEFESA DE DIREITOS.....	217
Introdução	217
1 Sistema de inventários na Europa.....	218
2 Sistema de inventário no Brasil	223
Conclusão	225
Referências	225

CAPÍTULO 12

Cláudio Carneiro Bezerra Pinto Coelho

Dalton Max Fernandes de Oliveira

TRIBUTAÇÃO E MEIO AMBIENTE: O IPTU VERDE E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	229
Introdução.....	229
1 A proteção constitucional do meio ambiente.....	230
2 O papel do Poder público na proteção do meio ambiente.....	231
3 A tributação e as suas relações com o meio ambiente – o IPTU verde.....	232
Considerações finais.....	239
Referências.....	239

CAPÍTULO 13

Marcelo Sant’Anna Vieira Gomes

Julio Homem de Siqueira

DESASTRES AMBIENTAIS: A NECESSIDADE DE UM FUNDO REPARADOR EFETIVO	243
Introdução	243
1 A teoria dos litígios transindividuais.....	245
2 Uma solução pré-judiciária aos litígios transindividuais.....	246
Considerações finais.....	249
Referências.....	250

CAPÍTULO 14

Patricia A. Cozzo Villafañe

RECURSOS FISCAIS NA GESTÃO AMBIENTAL.....	253
Introdução	253
1 Direitos fundamentais e direito do ambiente na argentina.....	254
2 Medidas de acção positiva.....	254
3 Ambiente saudável como um direito humano.....	255
4 Princípio não-poluente	256
5 Diferentes categorias de impostos ambientais.....	256
5.1 Impostos.....	256
5.2 Contribuições especiais	256
5.3 Exempções	256
6 Diversos aspectos das actividades poluidoras.....	257
6.1 Imposto sobre descargas poluentes.....	257
6.2 Imposto sobre a produção poluente	257
7 Extra-taxa e capacidade económica.....	257
Considerações finais.....	258
Referências.....	258

CAPÍTULO 15

Priscila Caneparo

Mariana Gavlak

A COR PRIMÁRIA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO- JURÍDICA DA AMAZÔNIA AZUL.....	261
Introdução	261
1 A proteção internacional das águas	262
2 O histórico da amazônia azul	269
3 A proteção da amazônia azul.....	270
4 O papel da marinha.....	271
Considerações finais.....	272
Referências.....	273

CAPÍTULO 16

Eduardo J. R. Llugdar

O DIREITO PENAL COMO INSTRUMENTO JURÍDICO, PARA A PROTEÇÃO DO AMBIENTE. REFERÊNCIA ESPECIAL NA ARGENTINA	277
--	-----

CAPÍTULO 17

Marcela Souza França

Deilton Ribeiro Brasil

DIREITO FUNDAMENTAL AO MEIO AMBIENTE ECOLOGICAMENTE EQUILIBRADO: INTERFACES DA SUSTENTABILIDADE E DA ENERGIA EÓLICA.....	283
Introdução	283
1 As bases da sustentabilidade e a importância da ECO-92.....	284
2 A utilização da energia eólica no Brasil.....	287
4 O direito fundamental ao ambiente ecologicamente equilibrado: os benefícios da produção de energia eólica.....	291
Considerações finais.....	293
Referências.....	294

CAPÍTULO 18

Kamilla Machado Ercolani

Débora Bós e Silva

Cleide Calgaro

A INDÚSTRIA CULTURAL COMO PRODUTO DO CONSUMOCENTRISMO: O ESCLARECIMENTO E A ÉTICA SOCIOAMBIENTAL.....	297
Introdução	298
1 A mistificação do esclarecimento e a indústria cultural.....	299
2 Os reflexos do consumocentrismo e a ética socioambiental na sociedade moderna	302
Considerações finais.....	305
Referências.....	306

CAPÍTULO 19

Ana Alice de Carli

REUSO DA ÁGUA NO CENÁRIO URBANO: PRÁTICA NECESSÁRIA E SUSTENTÁVEL.....	309
Introdução	309

1 A água no espaço urbano.....	310
2 Usos e reúsos da água.....	312
2.1 Políticas normativas de reuso de água no Rio de Janeiro.....	314
Considerações finais.....	315
Referências.....	315

CAPÍTULO 20

Marcelo Guerra Martins

Leonardo de Andrade Costa

TRIBUTAÇÃO DO AUTOMÓVEL PARA FINS AMBIENTAIS.....	317
Introdução.....	317
1 O meio ambiente no ordenamento jurídico brasileiro.....	318
2 Tributação extrafiscal e o estado do bem-estar social.....	322
3 Inevitabilidade do automóvel nas grandes cidades.....	325
4 Aprimoramento da tributação ambiental do automóvel.....	327
Considerações finais.....	332
Referências.....	333

CAPÍTULO 21

Luiza Chaves

Ana Alice de Carli

ABANDONAR A ÓTICA MERAMENTE ANTROPOCÊNTRICA E ABRAÇAR UMA CONCEPÇÃO DE NATUREZA AMPARADA NO CUIDADO E NO RESPEITO: A ÁGUA E A NATUREZA - EM SUA PLENITUDE - COMO SUJEITOS DE DIREITOS.....	339
Introdução.....	339
1 Natureza em sua plenitude: necessidade de se harmonizar discursos e práticas.....	340
2 A água como sujeito de direitos e titular de dignidade.....	349
Considerações finais.....	357
Referências.....	358

CAPÍTULO 22

Vanessa Eugênia Teixeira dos Santos

Ana Alice de Carli

APONTAMENTOS SOBRE OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS BRASILEIRA361

Introdução361

1 A política nacional de resíduos sólidos (PNRS): LEI nº 12.305/2010362

1.1 Princípios da política nacional dos resíduos sólidos.....363

1.1.1 Prevenção e Precaução.....364

1.1.2 Poluidor pagador e protetor recebedor.....364

1.1.3 Visão sistêmica.....365

1.1.4 Desenvolvimento sustentável.....365

1.1.5 Ecoeficiência.....366

1.1.6 Princípio da cooperação entre as diferentes esferas.....366

1.1.7 Princípio da responsabilidade compartilhada.....366

1.1.8 Reconhecimento do valor do resíduo.....367

1.1.9 Respeito às diversidades locais e regionais.....367

1.1.10 Direito da sociedade à informação e ao controle social.....368

1.1.11 Razoabilidade e proporcionalidade.....368

1.2 Objetivos da PNRS.....368

1.2.1 Proteção da saúde pública e da qualidade ambiental.....369

1.2.2 Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.....369

1.2.3 Estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços.....371

1.2.4 Adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais.....371

1.2.5 Redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos.....372

1.2.6 Incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados.....372

1.2.7 Gestão integrada de resíduos sólidos.....372

1.2.8 Articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos.....373

1.2.9 Capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos.....373

1.2.10 Regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos

serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007.....	373
1.2.11 Prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para: a) produtos reciclados e recicláveis; b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.....	374
1.2.12 Integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos.....	374
1.2.13 Estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto.....	375
1.2.14 Incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético.....	375
1.2.15 Estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.....	376
Considerações finais.....	376
Referências.....	377

CAPÍTULO 23

Ana Alice de Carli

Leonardo de Andrade Costa

CORREDORES ECOLÓGICOS E SUSTENTABILIDADE:	381
ANÁLISE CUSTO-BENEFÍCIO SOB A ÉTICA APLICADA.....	381
Introdução	381
1 A sustentabilidade multidimensional como princípio constitucional sistêmico	382
2 A análise custo-benefício sob a ótica da ética aplicada.....	385
3 Os corredores ecológicos.....	388
Considerações finais.....	390
Referências.....	391

CAPÍTULO 24

Silmara Veiga de Souza Calestini Montemor

BIOCENTRISMO E OS DIREITOS DA NATUREZA.....	393
Introdução	393
1 A ética holística ambiental: Antropocentrismo x Biocentrismo	393
2 A consciência ambiental na visão de alguns povos americanos.....	396
2.1 Pachamama e o Biocentrismo	396

3 Do antropocentrismo rumo ao biocentrismo.....	398
Considerações finais.....	401

CAPÍTULO 25

Talissa Truccolo Reato

UMA ANÁLISE DA APROXIMAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA NATUREZA	403
Introdução	403
1 Considerações acerca dos Direitos Fundamentais	404
2 Uma visão sobre os direitos da natureza	406
Considerações finais	409
Referências	410

CAPÍTULO 26

José Tadeu Neves Xavier

Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha

DIREITOS FUNDAMENTAIS, SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL VERSUS OBSOLESCÊNCIA PLANEJADA NA SOCIEDADE CONSUMOCENTRISTA.....	413
Introdução	413
1 Sustentabilidade Ambiental e o Meio Ambiente enquanto Direito Fundamental de Terceira Dimensão	414
2 A figura da obsolescência planejada e o Direito do Consumidor.....	419
2.1 Classificação das formas de obsolescência planejada	421
2.2 A obsolescência planejada e as suas implicações negativas para o consumo sustentável.....	423
Considerações finais	424
Referências	425

CAPÍTULO 27

Fernanda Pereira Costa

Deilton Ribeiro Brasil

DIREITOS FUNDAMENTAIS, MEIO AMBIENTE, ECOLOGIA RADICAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	427
Introdução	427
1 Contextualizando a ecologia radical sob o viés dos direitos fundamentais	429
2 A pavimentação teórica do ambientalismo moderado	432

3 A contribuição do desenvolvimento sustentável no diálogo com a ecologia radical e o ambientalismo moderado	434
Considerações finais	437
Referências	438

CAPÍTULO 28

Célia Teresinha Manzan

TUTELA AMBIENTAL E EFETIVIDADE DA PROTEÇÃO AO AMBIENTE SADIO E EQUILIBRADO	441
Introdução	441
1 A tutela do meio-ambiente	442
2 A efetividade e eficácia das questões ambientais	443
3 Celeridade na aplicação das normas e os resultado obtidos	444
Considerações finais	446
Referências	446

CAPÍTULO 29

Cleide Calgaro

Ricardo Hermany

SUSTENTABILIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE A DESPOPULAÇÃO RURAL NO BRASIL E ESPANHA: REFLEXÕES NECESSÁRIAS	449
Introdução	449
1 Sustentabilidade agrícola em suas múltiplas dimensões e a experiência espanhola	451
2 Desafios e perspectivas das políticas públicas rurais no brasil	452
Considerações finais	455
Referências	457

CAPÍTULO 30

Ana Clara Brandelli Alves dos Santos

Débora Bós e Silva

Vinícius Moreira Mendonca

A VULNERABILIDADE COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DOS DESASTRES AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE A PARTIR DO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E DO ESTUDO DE CASO	459
Introdução	459
1 Infortúnio ou injustiça? a vulnerabilidade como elemento constitutivo dos desastres	

ambientais	461
2 Desastre e vulnerabilidade no ordenamento jurídico brasileiro: a LEI nº 12.608/2012 e outros diplomas legais.....	466
3 Estudo de caso: entre sirenes e deslizamento – um retrato das comunidades do pavão-pavãozinho e cantagalo.....	470
Considerações finais.....	474
Referências.....	475

CAPÍTULO 31

Magno Federici Gomes

Bráulio Chagas Pighini

MERCADO SUSTENTÁVEL. CREDIBILIDADE E PERJÚRIO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILIANO.....	481
Introdução	481
1 O poder da credibilidade na análise de investimentos.....	484
2 A verdade real no direito.....	492
3 Por um perjúrio no direito brasileiro.....	497
Considerações finais.....	504
Referências.....	505

CAPÍTULO 32

Talissa Truccolo Reato

Cleide Calgaro

A REPERCUSSÃO DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS HÁBITOS SOCIAIS E NOS PROBLEMAS URBANOS: RECOMENDAÇÕES AO FUTURO INCERTO.....	513
Introdução	514
1 Covid-19: o principal infortúnio pandêmico do século XXI	514
2 Novos hábitos e a evidência de problemas urbanos durante a pandemia da Covid-19....	516
3 Lições aplicáveis à população urbana brasileira após o fim da pandemia da Covid-19....	518
Considerações finais.....	521
Referências.....	522

CAPÍTULO 33

Heverton Isaac Pimentel Barud

Ana Alice de Carli

A NECESSÁRIA CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À ÁGUA POTÁVEL ÀS COMUNIDADES DE BAIXA RENDA E AS MAZELAS DECORRENTES DESSA CONJECTURA DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19.....525

Introdução525

1 Percepção da situação de vulnerabilidade daqueles que não possuem acesso à água de qualidade526

3 A pandemia do Covid-19 e o acesso à água potável.....529

4 O acesso à água potável como garantia à vida, à saúde e à dignidade.....532

Considerações finais.....534

Referências.....534

CAPÍTULO 34

José Tadeu Neves Xavier

Mariângela Guerreiro Milhóranza da Rocha

NOVOS FUNDAMENTOS E REFLEXÕES PARA UMA ABORDAGEM CRÍTICA DA TUTELA AMBIENTAL À LUZ DOS ENSINAMENTOS DE MAX HORKHEIMER...539

Introdução540

1 Teoria tradicional *versus* teoria crítica.....544

2 O desenvolvimento sustentável e a aplicabilidade da teoria crítica na tutela ambiental545

Considerações finais.....548

Referências.....548

CAPÍTULO 35

Magno Federici Gomes

Fernando Marques Khaddour

DA TIPIFICAÇÃO REGULAMENTAR EM EFLUENTES AMBIENTAIS.....551

Introdução551

1 Competência legislativa em matéria penal.....553

2 Princípios penais gerais554

3 A LEI 9.605/98 e sua importância e legalidade555

4 Resolução 430/11 do CONAMA.....556

5 Abuso de direito regulamentar na tipificação de condutas.....557

Considerações finais.....558

Referências.....559

CAPÍTULO 36

Cleide Calgaro

Ricardo Hermany

AS SMART RURAL COMMUNITIES E A MINIMIZAÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIOAMBIENTAL: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DO CONTEXTO DA ESPANHA.....561

Premissas introdutórias.....561

1 A governança local na perspectiva espanhola: as políticas públicas e o planejamento rural.....563

2 A aplicação do termo *smart cities* às comunidades rurais: uma desafiadora política pública.....564

Considerações finais.....567

CAPÍTULO 37

Jackelline Fraga Pessanha

Marcelo Sant’Anna Vieira Gomes

ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO DIREITO HUMANO E DIREITO FUNDAMENTAL: DEBATES CONTEMPORÂNEOS569

Introdução569

1 Premissas introdutórias de direitos humanos e de direitos fundamentais.....570

2 O meio ambiente e o desenvolvimento sustentável na atualidade572

Considerações finais.....578

Referências.....579

CAPÍTULO 38

Magno Federici Gomes

Renato Dilly Campos

Jorge Isaac Torres Manrique

A OMISSÃO PENALMENTE RELEVANTE E A FUNÇÃO DE GARANTE DO COMPLIANCE OFFICER AMBIENTAL583

Introdução584

1 Governança corporativa, compliance ambiental e compliance officer.....585

2 A omissão penal no direito criminal econômico e os crimes ambientais.....588

3 A função de garante nos crimes ambientais omissivos impróprios – critérios para a responsabilização legítima.....590

Considerações finais.....591

Referências592

CAPÍTULO 39

Ana Alice de Carli

Leonardo de Andrade Costa

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UM DIREITO FUNDAMENTAL EM CONSTRUÇÃO.....595

Introdução595

1 Direito fundamental à educação ambiental: um direito em construção596

2 Boas práticas em educação ambiental599

Considerações finais.....602

Referências.....602

CAPÍTULO 40

José Tadeu Neves Xavier

Mariângela Guerreiro Milhoranza da Rocha

A TUTELA AMBIENTAL SOB A ÉGIDE DOS ENSINAMENTOS DE MAX HORKHEIMER E THEODORO ADORNO.....605

Introdução605

1 Teoria tradicional *versus* teoria crítica.....609

2 A coletivização do direito ambiental, o desenvolvimento sustentável e a aplicabilidade da teoria crítica na tutela ambiental.....610

2.1 O processo coletivo como instrumento de realização da tutela ambiental.....612

Considerações finais.....613

Referências.....614

CAPÍTULO 41

Magno Federici Gomes

Lorena Dolabela Marques

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DAS EMPRESAS, OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 9 E 12 E A FORÇA NORMATIVA.....617

Introdução617

1 Responsabilidade socioambiental das empresas618

1.1 Função social das empresas620

2 Plexo de sustentabilidade622

3 Força normativa dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU624

3.1 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 9.....626

3.2 Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12.....627

3.3 Força normativa dos objetivos de desenvolvimento sustentável 9 e 12 na responsabilidade

socioambiental das empresas	628
Considerações finais	629
Referências	630

CAPÍTULO 42

Candice Diniz Pinto Melo Franco

Deilton Ribeiro Brasil

DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL E DIREITOS FUNDAMENTAIS: O IMAGINÁRIO SOCIAL COMO POSSÍVEL RESPOSTA À INSUSTENTABILIDADE DA VIDA NO PLANETA TERRA SOB A PERSPECTIVA	633
DE ENRIQUE LEFF	633
Introdução	633
1 O princípio geral da sustentabilidade no direito ambiental e o desenvolvimento sustentável na perspectiva do direito ambiental internacional e dos direitos fundamentais	634
2 Imaginários sociais como resposta à insustentabilidade sob a perspectiva de Enrique Zimmermann Leff: o caso do cultivo da milpa	638
Considerações finais	642
Referências	643

CAPÍTULO 43

Lafayette Pozzoli

Rogério Cangussu Dantas Cachichi

Gilmar Siqueira

PANDEMIA E FRATERNIDADE: A RESPOSTA COMUNITÁRIA OFERECIDA PELA AGENDA DA ONU 2030 UMA AGENDA PARA O SÉCULO XXI	645
Introdução	646
1 Agenda da ONU 2030 – uma construção comunitária	647
2 Agenda da ONU 2030 e a fraternidade	648
3 Pandemia, insegurança, agenda 2030 e fraternidade	650
Considerações finais	652
Referências	652

CAPÍTULO 44

Isadora Barison Lovizon

Cleide Calgaro

PROLIFERAÇÃO DE DOENÇAS FRENTE AO PRECÁRIO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NO BRASIL: UM PROBLEMA SOCIOAMBIENTAL A SER PENSADO.....	657
Introdução	657
1 Saneamento básico no Brasil e a proliferação de doenças: um problema socioambiental.....	658
Considerações finais	662
Referências.....	663

CAPÍTULO 45

Mariana Marquardt Lass Camargo

Priscila Caneparo dos Anjos

UMA ANÁLISE DO SISTEMA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE BRASILEIRO A PARTIR DA ECOPOLÍTICA INTERNACIONAL	665
Introdução	665
1 As influências das conferências internacionais na formação da ecopolítica nacional brasileira.....	666
2 A política nacional do meio ambiente (LEI 6938/81) e a instituição do sistema nacional do meio ambiente.....	673
Considerações finais.....	675
Referências.....	676

CAPÍTULO 46

Vanessa do Carmo Ferreira Jenuário

Ramiro Ferreira de Freitas

O ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO E A BIOPIRATARIA: ASPECTOS DE PROTEÇÃO E DE DIREITO	681
Introdução	681
1 Políticas Públicas e entendimentos jurisprudenciais.....	682
2 Abordagem geral das principais disciplinas jurídicas relacionadas.....	687
3 Pormenores em matéria de legislação extravagante.....	690
Considerações finais.....	699
Referências.....	699

CAPÍTULO 47

Paulo Roberto Rezende de Souza

Deilton Ribeiro Brasil

A CONSCIENTIZAÇÃO COMO PODER TRANSFORMADOR DA CRISE AMBIENTAL: UM ESTUDO SOBRE A ELEVAÇÃO DE INUNDAÇÕES EM ÉPOCA DE CHUVAS NO BRASIL.....705

Introdução705

1 Algumas considerações sobre a crise ambiental.....706

2 O ods 13 e os incentivos brasileiros para sua implantação.....709

3 O conhecimento como fonte de um novo modelo de vida: o respeito ao meio ambiente....712

Considerações finais.....714

Referências.....715

CAPÍTULO 48

Ricardo Maurício Freire Soares

O PROBLEMA DO RACISMO AMBIENTAL: UM DESAFIO PARA A EFETIVAÇÃO DE UM DIREITO FUNDAMENTAL À UM MEIO AMBIENTE SAUDÁVEL.....719

Introdução719

1 A justiça ambiental nos espaços urbanos719

2 O racismo ambiental como ofensa a um direito fundamental à um meio ambiente saudável.....723

3 O problema do racismo ambiental no contexto brasileiro725

Considerações finais.....727

Referências.....727

CAPÍTULO 49

Eduardo Díaz Ocampo

PLURALISMO JURÍDICO EM UMA CHAVE CONSTITUCIONAL AMBIENTAL .729

Introdução729

1 Pluralismo jurídico, critérios doutrinários730

1.1 O pluralismo jurídico em uma chave constitucional ambiental.....733

2 O pluralismo jurídico no equador. Os direitos concedidos à pachamama em uma chave constitucional ambiental.....734

3 A título de conclusões753

Referências.....754

CAPÍTULO 50

Talissa Truccolo Reato

UMA ANÁLISE DA APROXIMAÇÃO ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E DIREITOS DA NATUREZA761

Introdução761

1 Considerações acerca dos direitos fundamentais762

2 Uma visão sobre os direitos da natureza764

Considerações finais.....767

Referências.....768

CAPÍTULO 51

Fabrizia Angelica Bonatto Lonchiati

Deilton Ribeiro Brasil

O DESASTRE BIOLÓGICO DA COVID-19 E OS IMPACTOS NA CONCRETIZAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEIS (ODS) Nº 1, 14 E 15 DA AGENDA 2030771

Introdução771

1 Interferência humana nos *habitats* naturais e a emergência de doenças zoonóticas: breves considerações sobre a covid-19773

2 Conceito de lei de desastres e classificação da pandemia covid-19 como catástrofe biológica.....777

3 A pandemia da covid-19 e os impactos nos ods 1, 14 e 15 da agenda 2030.....783

Considerações finais.....789

Referências.....791

CAPÍTULO 52

Leonardo Alexandre Tadeu Constant de Oliveira

Deilton Ribeiro Brasil

PERSPECTIVA DE EFETIVIDADE DO DIREITO HUMANO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL EM FACE DA SOBERANIA NO ESTADO CONTEMPORÂNEO.....797

Introdução797

1 A organização das nações unidas e a “incorporação” do direito humano na questão ambiental ao desenvolvimento sustentável.....799

2 A soberania e a efetividade do desenvolvimento sustentável no contexto internacional dos direitos humanos.....802

3 A efetividade das normas de desenvolvimento sustentável na organização mundial do comércio.....	803
Considerações finais.....	805
Referências.....	806

CAPÍTULO 53

Edgardo Torres López

PARA UM TRIBUNAL INTERNACIONAL DE JUSTIÇA AMBIENTAL.....	809
1 Economia vs. ecologia.....	809
2 O direito ao meio ambiente.....	810
3 Tribunal internacional de justiça ambiental.....	811

CAPÍTULO 54

Maria Edna A. Ribeiro

Douglas de Castro

SOBRE A CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS (COP 26). OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA O BRASIL	815
Introdução	815
1 Regimes internacionais	817
2 Regimes internacionais das mudanças climáticas	818
3 Conferência das nações unidas sobre o meio ambiente- 1972.....	819
4 Conferência do rio (conferência das nações unidas sobre meio ambiente e desenvolvimento, 1992)	820
5 Protocolo de quioto	822
6 Acordo de Paris	822
7 Conferência das nações unidas sobre mudança do clima (COP).....	824
8 A 26ª conferência das nações unidas sobre as mudanças climáticas (COP 26).....	824
Considerações finais.....	828
Referências.....	829

CAPÍTULO 55

Gabriela Ritter Brigido

Priscila Caneparo

O DIREITO AO MEIO AMBIENTE FRENTE AO CENÁRIO INTERNACIONAL NO PÓS-CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO	833
Introdução	833

1 Importância das conferências realizadas no pós estocolmo.....	834
2 As convenções-quadro sobre mudanças climáticas e sobre biodiversidade.....	838
3 Protocolo de quioto e acordo de Paris.....	840
4 O protocolo <i>access and benefit sharing</i>	844
Considerações finais.....	847
Referências.....	847

CAPÍTULO 56

Samira Iasbeck de Oliveira Soares

OS CONFLITOS AMBIENTAIS NO MUNDO PÓS PANDÊMICO: PARA QUAL DIREÇÃO VAMOS?.....	853
Introdução	853
1 Os conflitos ambientais e o coronavírus: em busca da relação vital	854
2 Mediação de conflitos: qual a sua função no enfrentamento de uma pandemia?.....	856
3 Alguns exemplos práticos de uso da mediação de conflitos durante a pandemia de Covid-19.....	857
Considerações finais.....	860
Referências.....	861

CAPÍTULO 57

José Sebastião Fagundes Cunha

POR UM ESTATUTO DE DEFESA E DA PROTEÇÃO ANIMAL.....	865
Introdução	865
1 Projetos	867
2 Breve revisão histórica.....	868
3 Das infrações e penalidades.....	896
Considerações finais.....	896

CAPÍTULO 58

Vladimir Passos de Freitas

SITUAÇÃO ATUAL E PERSPECTIVAS DO TRATAMENTO DO MEIO AMBIENTE NOS PAÍSES DO MERCOSUL	899
Introdução	899
1 A harmonização da legislação ambiental nos países do Mercosul.....	901
2 Peculiaridades da legislação ambiental nos países do Mercosul.....	902
2.1 Constituições dos países do Mercosul	902

2.2 Responsabilidade civil pelo dano ambiental.....	903
2.3 Prescrição do direito de ação de indenização por dano ambiental.....	903
2.4 Ações judiciais em caso de dano ambiental coletivo	903
2.5 Ações judiciais em caso de dano ambiental individual.....	904
2.6 Ações penais em caso de dano ambiental coletivo	904
2.7 Responsabilidade penal da pessoa jurídica.....	904
2.8 Proteção dos recursos hídricos	904
2.9 Uso de agrotóxicos	905
2.10 Uniformização da jurisprudência ambiental.....	905
3 Neoconstitucionalismo latino americano	905
4 A pressão econômica da União Europeia	907
Considerações finais.....	907
Referências.....	908

CAPÍTULO 59

Antonio Anselmo Martino

A IMPORTÂNCIA DE CRIAR UM TRIBUNAL REGIONAL LATINO-AMERICANO PARA O CUIDADO DO AMBIENTE	911
1 O contexto	911
2 Os detentores de direitos	912
3 Normas constitucionais.....	914
4 Direito do ambiente ou direito do ambiente	915
5 Porque um tribunal	916
Concluindo	918

CAPÍTULO 60

Edson Amaral de Almeida

Ana Alice de Carli

A LEGITIMAÇÃO DO DIREITO PENAL NA RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS CRIMES AMBIENTAIS BRASILEIROS.....	921
Introdução	921
1 Os problemas do direito penal na responsabilidade penal das pessoas jurídicas pelos crimes ambientais.....	923
1.1 A controvérsia constitucional sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica	926
1.2 A pessoa jurídica e a (in)capacidade de conduta penal.....	927
1.3. A pessoa jurídica e a (in)capacidade de culpabilidade	929

Considerações finais.....	930
Referências.....	931

CAPÍTULO 61

Kamilla Machado Ercolani

Débora Bós e Silva

Cleide Calgaro

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA PESCA FANTASMA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO “RELATÓRIO MARÉ FANTASMA – SITUAÇÃO ATUAL, DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A PESCA FANTASMA NO BRASIL”	933
--	-----

Introdução	934
1 Pesca fantasma e os impactos socioambientais.....	934
1.1 Análise do Relatório Maré Fantasma: situação atual, desafios e soluções para a pesca fantasma no Brasil	935
2 Pesca fantasma e os impactos nos recursos marinhos	939
Considerações finais.....	941
Referências.....	942

CAPÍTULO 62

Manuel Bermúdez- Tapia

POLÍTICA INTERNACIONAL ANTE DESAFÍOS AMBIENTALES.....	945
---	-----

Introducción.....	945
1 Materiales y método.....	946
2 El contexto internacional en el nuevo milenio.....	946
3 El gobierno del estado.....	948
3.1 Políticas de Estado	949
3.2 Políticas de Gobierno	951
3.3 Políticas Públicas	952
4 La relación entre el gobierno-estado y el contexto internacional.....	953
4.1 La Política Internacional	953
4.2 La Geopolítica	955
4.3 La diplomacia.....	956
5 Las relaciones internacionales supeditadas a la variabilidad de los gobiernos en los estados.....	957
6 La perspectiva nacional que influenciará la política internacional en el mundo.....	958
Conclusiones.....	959
Referencias.....	960

CAPÍTULO 63

Alcides Francisco Antúnez Sánchez

LA FORMACIÓN JURÍDICO AMBIENTAL. VISIÓN HOLÍSTICA	965
Introducción.....	965
1 Referentes epistemológicos de la formación jurídico ambiental desde su construcción a partir de la complejidad y el pensamiento crítico con enfoque holístico en el derecho ambiental.....	966
1.1 El Derecho Ambiental Internacional y la educación ambiental	966
2 El derecho ambiental latinoamericano, análisis y desarrollo	971
3 El derecho ambiental cubano. Génesis, desarrollo y evolución. La formación jurídico ambiental.....	974
Conclusiones	982
Referencias.....	983

CAPÍTULO 64

Yakmila Aparicio

EL DERECHO A UN MEDIO AMBIENTE SALUDABLE, PROTEGIDO Y EQUILIBRADO Y LA IDENTIFICACIÓN DE LOS PRINCIPIOS DEL DERECHO AMBIENTAL EN BOLIVIA	991
Introducción.....	991
1 La problemática en sí.....	991
Conclusiones	995
Referencias.....	996

CAPÍTULO 65

Pablo Rafael Banchio

LA PROTECCIÓN DEL AMBIENTE MEDIANTE EL MODELO DE ECONOMÍA A TRAVÉS DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL	997
Introducción.....	997
1 Economía circular	998
2 Economía circular y protección del ambiente	999
3 Inteligencia artificial.....	1000
4 Tipos de inteligencia artificial.....	1000
5 Cómo la inteligencia artificial puede ayudar a la economía circular en la protección del ambiente.....	1001
5.1 Optimización del transporte.....	1002

5.2 Eficiencia energética	1002
5.3 Gestión de residuos	1002
5.4 Transporte	1002
6 Otros beneficios complementarios.....	1003
6.1 De diseño.....	1003
6.2 De nanotecnología biométrica	1004
7 El papel en la transición	1004
8 Uso intensivo de energía.....	1005
9 Algunos modelos prácticos de su implementación.....	1006
9.1 Facebook en Suecia y Apple en Dinamarca.....	1006
9.2 El caso húngaro.....	1007
Conclusiones	1008
Referencias	1009

CAPÍTULO 66

Anderson Weber

Micheli Piucco

Patricia Grazziotin Noschang

EL CAMBIO CLIMÁTICO COMO DETERMINANTE EN LA CREACIÓN DE UNA NUEVA MODALIDAD DE REFUGIO: DESAFÍOS PARA LOS SISTEMAS CONSTITUCIONALES Y LA PROTECCIÓN DE LA NATURALEZA

Introducción.....	1011
1 Efectos del cambio climático en el escenario mundial.....	1012
2 El refugiado climático en la sociedad internacional	1015
Conclusiones	1017
Referencias.....	1018

CAPÍTULO 67

Handel Martins Dias

Diego Geraldo

LA IMPORTANCIA DE LA INVERSIÓN DE LA CARGA DE LA PRUEBA PARA LA REPARACIÓN INTEGRAL DEL MEDIO AMBIENTE.....

Introdução	1021
1 Efeitos das decisões no controle de constitucionalidade.....	1022
2 Modulação dos efeitos decisórios pelo STF.....	1025
3 Modulação de efeitos pelo STF em matéria tributária.....	1031

Considerações finais.....	1035
Referências.....	1036

CAPÍTULO 68

Norberto Rosabal Callejas

Alcides Antúnez Sánchez

EL CONTRATO DE PRODUCCIÓN COOPERADA DE BIENES EN EL DERECHO AGROAMBIENTAL. ANÁLISIS DESDE LA PRAXIS EN SEDE JUDICIAL.....

Introducción	1041
1 Los contratos, análisis teórico doctrinal. Los contratos de producción cooperada de bienes o para la prestación de servicios.....	1043
1.1 Los contratos, análisis teórico doctrinal	1043
1.2 Breves acotaciones del contrato de producción cooperada. Definición, antecedentes legislativos sobre la producción cooperada en el ordenamiento jurídico cubano	1043
1.3 Antecedentes del Contrato de Producción en el ordenamiento jurídico cubano	1045
2 El contrato de producción cooperada en Cuba en el siglo XXI.....	1048
2.1 Los CPC. Naturaleza jurídica. Definición. Características en el derecho sustantivo	1049
2.2 Regulación en el ordenamiento jurídico cubano del CPC y su contextualización	1050
3 Tratamiento judicial de las reclamaciones relacionadas con la planificación, organización y ejecución de los contratos de producción cooperada o la prestación de servicios en la rama arrocera. su reflejo en la jurisprudencia cubana.....	1051
3.1 Análisis de los resultados. Estudio de casos del CPC en el período 2017 al 2020.....	1051
3.2 Tratamiento judicial de las reclamaciones relacionadas con la planificación, organización y ejecución de los contratos de producción cooperada de bienes o para la prestación de servicios en la rama arrocera. Su reflejo en la jurisprudencia cubana del CPC	1052
Conclusiones	1058
Referencias.....	1058

CAPÍTULO 69

Cristhian Rodrigo Barrios Varón

ECOCIDIO, UNA NUEVA MIRADA A LOS DELITOS MEDIOAMBIENTALES DESDE LA PERSPECTIVA DEL DERECHO PENAL INTERNACIONAL: UN TEMA PENDIENTE PARA LA AGENDA SOCIAL

Introducción	1063
1 En busca de una definición de medioambiente.....	1064
2 El medio ambiente como bien jurídico tutelado	1066

3 Una aproximación a los delitos medioambientales de mayor impacto	1069
3.1 El Tráfico de animales salvajes.....	1069
3.2 La Tala indiscriminada.....	1070
3.3 Residuos electrónicos.....	1070
3.4 Vertidos indiscriminados.....	1071
3.5 El Tráfico Ilegal de Arena.....	1071
4 A manera de conclusión.....	1072
Referencias.....	1073

CAPÍTULO 70

Alan E. Vargas Lima

EL DIÁLOGO JURISPRUDENCIAL ACERCA DE LA IMPORTANCIA DE LA CONSTITUCIÓN ECOLÓGICA. SU DESARROLLO EN LA JURISPRUDENCIA CONSTITUCIONAL COMPARADA Y BOLIVIANA	1075
---	------

Nota preliminar: El mensaje sobre el cuidado de la casa común.....1075

1 La Constitución Ecológica en la jurisprudencia comparada.....1077

1.1 La jurisprudencia del Tribunal Constitucional del Perú: La Constitución Ecológica y sus dimensiones

1.2 La jurisprudencia de la Corte Constitucional de Colombia: La protección de los animales como componente de la protección al medio ambiente.....1078

3 El desarrollo jurisprudencial de la Constitución Ecológica en Bolivia

3.1 El derecho fundamental de acceso al agua potable como derecho subjetivo o colectivo.....1084

3.2 Derecho fundamentalísimo al agua como derecho difuso.....1085

4 La configuración constitucional de los derechos fundamentales en Bolivia.....1088

Conclusiones.....1090

Referencias.....1091

CAPÍTULO 71

Vitória Piucco

Liton Lanes Pilau Sobrinho

Leonel Severo Rocha

EL MODELO DE ROPA FAST FASHION Y SUS IMPACTOS: DAÑOS AMBIENTALES, SOCIALES Y LABORALES ESCLAVIZANTES	1093
--	------

1 El modelo fastfashion en la producción de ropa para vestir.....1093

2 El trabajo en condiciones de esclavitud en la industria de la moda

3 La moda rápida y los impactos ambientales.....	1097
4 Movimiento <i>slowfashion</i>	1098
Conclusión.....	1099
Referencias.....	1100

CAPÍTULO 72

María Elisa Rosa

POBREZA, NIÑEZ Y EL DERECHO FUNDAMENTAL A LA SALUD AMBIENTAL INFANTIL	1103
Introducción.....	1103
1 Pobreza y vulnerabilidad	1104
2 Los niños, la pobreza y el ambiente	1104
3 Salud, ambiente y vida	1105
4 El derecho de los niños a vivir en un ambiente sano y saludable.....	1105
5 Salud ambiental infantil.....	1107
Conclusiones	1109
Referencias.....	1110

CAPÍTULO 73

Alcides Antúnez Sánchez

LA FORMACIÓN AMBIENTAL MEDIADA POR EL USO DE LAS TECNOLOGÍAS DE LA INFORMÁTICA Y LAS COMUNICACIONES EN TIEMPOS DE COVID-19.....	1111
Introducción.....	1111
1 La formación jurídica ambiental, análisis teórico de sus orígenes y evolución.....	1112
2 la formación jurídica ambiental en la plataforma digital web 2.0	1115
3 La pandemia del covid-19 y la formación jurídica ambiental en la academia cubana ..	1121
Conclusiones	1126
Referencias.....	1127

CAPÍTULO 74

Pablo Darío Villalba Bernié

JUSTICIA CONSTITUCIONAL Y EL NOVEL PARADIGMA DEL ESTADO SOCIAL MEDIOAMBIENTAL.....	1133
A modo de introito.....	1133
1 El causante de la crisis ambiental	1134
2 El medio ambiente: ¿un derecho humano?.....	1135
3 Dignidad humana y dimensión ecológica.....	1136

4 Principios de protección ambiental.....	1138
4.1 Principio de responsabilidad	1139
4.2 Principio de Solidaridad.....	1139
4.3 Principio de sustentabilidad ambiental.....	1140
5 ¿Estado social medio ambiental?.....	1140
6 Contraste entre deberes liberales, sociales y ecológicos	1141
7 Desarrollo sustentable o desarrollo sostenible.....	1142
8 Justicia constitucional y medio ambiente.....	1143
9 Convencionalidad, vinculación con el medio ambiente.....	1144
10 El rol de la justicia constitucional en el contexto medioambiental	1149
El camino a seguir.....	1150

CAPÍTULO 75

Alcides Antúnez Sánchez

Eduardo Díaz Ocampo

EL PENSAMIENTO CONSTITUCIONAL AMBIENTAL ECUATORIANO.
DERECHO AMBIENTAL COMPARADO: TENDENCIAS Y PERSPECTIVAS.....

Exordio	1153
1 El pluralismo jurídico. Principales criterios doctrinales desde la teoría del derecho.....	1154
1.1 El Pluralismo jurídico en el Derecho Ambiental de América Latina.....	1156
2 El pluralismo jurídico en clave constitucional ambiental en ecuador	1157
3 Epílogo.....	1159
Referencias.....	1160

CAPÍTULO 76

Elena E. Gulyaeva

THE RIGHT TO ENJOY HEALTHY ENVIRONMENT IN THE CASE-LAW OF THE
EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS

Introduction	1163
1 Admissibility criteria for complaints to the european court of human rights in “environmental cases”	1168
2 Overview of the european court of human rights jurisprudence on the protection of the rights of individuals and groups to complain for violations of their rights to a healthy and favorable environment.....	1171
Conclusions.....	1176

CAPÍTULO 77

Faiz Ayat Ansari

Samyuktha Anuram

WATER SHARING BETWEEN INDIA, PAKISTAN AND BANGLADESH: ISSUES AND WAY FORWARD.....1179

Introduction to rights and rivers1179

1 South Asia being highly vulnerable to climate change and the efficient use of rivers.....1180

2 Previous and existing river water disputes between the three states1180

2.1 Indus Water Treaty (1960): In 1960, India and Pakistan signed the Indus Water Treaty with the assistance of the World Bank after six years of negotiations. The agreement was designed to share the waters of the six rivers of the Indus basin: the Indus, Jhelum, Chenab, Ravi, Beas, and Sutlej1180

2.2 Tulbul Navigation Project (1987): The Tulbul Navigation Project, also known as the Wullar Barrage/Tulbul Project, was a proposed dam and navigation lock plan on the Jhelum River in the Jammu and Kashmir state of India. The objective was to control the water flow from Wullar Lake, which is the largest freshwater lake in India, for power generation and irrigation purposes. The proposed dam was expected to be constructed near Tulbul village with a storage capacity of 0.3 million acre-feet and a height of 439 feet. The project also included a navigation lock, enabling the passage of boats and ships through the Jhelum River.....1181

2.3 Baglihar Dam (2008): Baglihar Dam is a hydroelectric power project situated in the Doda district of Jammu and Kashmir, India, on the Chenab River. It was constructed by the Indian government and officially opened in 2008, with the construction process commencing in 1999. The dam measures 144 meters in height and 317 meters in length, and it has a storage capacity of 32,580,000 cubic feet of water. The power plant is capable of generating 900 megawatts of electricity, which can produce approximately 3.3 billion units of electricity each year1182

2.4 Kishanganga Hydroelectric Project (2018): India constructed the Kishanganga Hydroelectric Plant in Jammu and Kashmir, which has a capacity of 330 MW, on the Kishanganga River, a tributary of the Jhelum River, in accordance with the Indus Waters Treaty signed with Pakistan in 1960.....1182

2.5 Ratle Hydroelectric Plant (2021): The Ratle Hydroelectric Plant is an upcoming hydroelectric power project situated on the Chenab River in the Indian state of Jammu and Kashmir. The project is being developed by Chenab Valley Power Projects Private Limited (CVPPPL), which is a partnership between the National Hydroelectric Power Corporation

(NHPC), Jammu and Kashmir State Power Development Corporation (JKSPDC), and PTC India Limited.....	1183
2.6 India and Bangladesh: These are some of the significant river water disputes between India and Bangladesh. Both countries have engaged in dialogue and negotiations to resolve these issues and maintain friendly relations.....	1184
2.6.1 Ganges Water Sharing Treaty (1996): The Ganges Water Sharing Treaty, signed on December 12, 1996, is an agreement between India and Bangladesh that aims to share the water of the Ganges River in a fair and equitable manner. The river is an important source of water for both countries, and disputes over its use had been a source of tension for many years. As per the treaty, India agreed to release a minimum amount of water to Bangladesh from the Ganges River during the dry season from January 1 to May 31 every year. The treaty also established a Joint Rivers Commission to promote cooperation between the two countries on matters related to the management of the river.....	1184
2.7 Teesta River Water Sharing: The Teesta River Water Sharing agreement aims to share the water of the Teesta River, which flows through both India and Bangladesh. The river starts in Sikkim, India, and then flows through West Bengal and Bihar before entering Bangladesh, where it merges with the Brahmaputra River	1184
2.8 Tipaimukh Dam: The proposed Tipaimukh Dam is a hydroelectric project planned to be built on the Barak River in Manipur, India, near the border with Bangladesh. However, the project has become a subject of controversy due to concerns about its potential impact on the flow of the Barak River and the downstream Surma and Kushiara rivers in Bangladesh.....	1185
3 Need for peaceful settlement of the disputes and establishment of a regional tribunal for the same	1186
3.1 The Constitution of India: Article 262 of the Constitution of India provides for adjudication of disputes relating to waters of inter-State rivers or river valleys. It states that.....	1186
3.2 The Constitution of Pakistan: The Constitution of Pakistan does not directly deal with the issue of river water disputes. However, Article 212 does provide for adjudication of disputes through tribunals for certain specialised cases. It states that	1186
3.3 The Constitution of Bangladesh: The Constitution of Bangladesh, similar to the Constitution of Pakistan, does not directly deal with the issue of river water disputes. However, Article 117 does provide for adjudication of disputes through tribunals for certain specialised cases. It states that	1187

3.4 Feasibility. It is matter of fact that the entire region of South Asia is a developing region. The states are having a challenge to spend on the basic necessities of life for its inhabitants. Despite this, the said states continue to be relatively poor. This essentially means that the entire region should look forward to establishing such modes of governance, including foreign relations, which ensure maximum saving of monetary resources and time.....	1187
Conclusion.....	1188

INTRODUCCIÓN

La temática ambiental viene tomando cada vez mayor protagonismo, expectativa y relevancia. Lo cual es correspondiente a la cada vez mas creciente preocupación de los pueblos por la salvaguarda del medio ambiente, entendido de manera lata, esto es, como ecosistema para la subsistencia de las actuales poblaciones como de las futuras generaciones, y lo propio respecto de la sostenibilidad.

Ello se puede apreciar en las diversas acciones conducentes a poner en relieve la preocupante situación que atraviesa el planeta en su conjunto.

Un punto para apostrofar es la aprobación de la Agenda 2030, que comporta 17 objetivos para salvaguardar precisamente la sostenibilidad del planeta.

En ese sentido, al mundo del Derecho y de manera específica al derecho ambiental, le corresponde el llamado natural, por especialidad y antonomasia; para ocuparse de manera urgente e insoslayable al respecto.

En ese orden de ideas, en la presente obra hemos querido contribuir con de manera objetiva con la reunión de diversos estudios y análisis, enfocados a coadyuvar en las alternativas de paleamiento y solución de la problemática ambiental.

Así, profesores especialistas de países de orden global, exponen sus problemáticas y disímiles escenarios, a la vez de proponer señeros derroteros, a la luz de la multiplicidad de aristas que abraza dicha temática, en sus importantes capítulos científicos, en clave de agenda pendiente correspondiente.

A propósito, amerita dejar constancia que un medio ambiente contaminado, vulnera abierta como sistemáticamente, el irrestricto e irrenunciable derecho fundamental al derecho fundamental a disfrutar de un medio ambiente sano y saludable.

Es por ello, que nos propusimos llevar el presente proyecto, que ahora usted amigo lector lo tiene entre sus manos. Precisamente a efectos de salvaguardar dicho derecho fundamental, que, dicho sea de paso, se constituye en un derecho continente al contener adicionales derechos fundamentales, como, a la vida, salud, libre desarrollo de la personalidad, proyecto de vida, libre determinación de los pueblos, entre otros.

Se trata de la más comprometida, impar, específica obra existente en el orbe. Ello, en tanto que para la cual hemos convocado a lo más selecto de autores como voces autorizadas. Además, recoge sesudos, heterogéneos, divergentes como convergentes análisis. Modestamente, del mundo y para el mundo.

Es de adicionar, que a la presente ambiciosa entrega le atañe un punto adicional, que es la contemporaneidad y proyección al futuro. Y es que en su contenido se ocupa de temas relevantes que efectivamente se vienen suscitando en la actualidad en sede global.

Mención aparte, merece la interdisciplinariedad, en el entendido que los problemas de la humanidad no registran como único origen ni solución, en canteras jurígenas.

Así también, el factor de amplitud, profundidad y extensión, hacen que, en su naturaleza de tratado, revista un trabajo y propuesta difícil de plasmar y alcanzar, puesto, que un libro de la presente envergadura no se improvisa en extremo alguno.

Amerita dejar constancia, que como punto capital diferenciador de la naturaleza de la presente obra, es el enfoque hacia el aterrizaje de la efectivización del derecho fundamental a disfrutar de un medio ambiente sano y saludable. Esto es, que su contenido apunta con importantes planteamientos orientados a lograr la efectiva materialización del mismo. Toda vez que el hecho que en un ordenamiento jurídico se encuentre reconocido legal y constitucionalmente el referido derecho fundamental, en extremo alguno se constituye en prueba irrefutable del aseguramiento de la debida salvaguarda y garantía de su efectivo cumplimiento. En suma, reconocimiento y efectivización, no son sinónimos. Esta obra abraza la materia proposicional del segundo escenario.

Así, pomemos a consideración de la comunidad jurídica nacional e internacional, la presente obra: “Tratado dos desafios para a realização efetiva do melhor direito fundamental a desfrutar de um meio ambiente sadio saudável e propício à vida”, el mismo que de su revisión inicial del índice refleja de manera nítida y contundente lo que reseñamos en estas líneas a manera de introducción a la misma.

Agradecemos, a los reconocidos juristas y amigos, profesores Dres. Cleide Calgaro, Ana Alice De Carli y Deilton Ribeiro Brasil; por ha-ber aceptado prologarla brillantemente, por lo que les quedamos in-deblemente agradecidos.

Corresponde finalmente agradecer también, a la firma Thoth Editora, por la confianza y oportunidad, puesto, que sin su decidida prestigio-sa intervención la presente obra no hubiera podido ver la luz. Espe-ramos que esta propuesta tenga la generosa y masiva acogida que vienen recibiendo nuestras diversas obras colectivas que venimos presentando.

LA DIRECCIÓN CIENTÍFICA

"O livro é uma compilação de artigos de vários pensadores que trazem uma preocupação com o direito fundamental a um meio ambiente saudável e com a sociedade atual. Vários temas são abordados sob a ótica de diferentes países, proporcionando uma visão importante para a cooperação entre as nações, a fim de minimizar os problemas socioambientais decorrentes da sociedade de consumo contemporânea. Concluímos que deve haver uma mudança de racionalidade, em que as pessoas entendam seu papel na sociedade como cidadãos participativos. Esses papéis participativos, seja por meio de políticas públicas locais que as façam sentir-se pertencentes, seja por meio de uma ideia de cooperação social baseada no fato de que esses cidadãos interagem em torno do bem comum, da solidariedade e da empatia. Outro elemento que precisa ser mudado e ressignificado é a forma do sistema capitalista centrado na visão orientada para o lucro das grandes corporações que criam padrões de consumo, cujo único objetivo é o lucro, independentemente do que possa acontecer na esfera social e ambiental".

Prof.a Pos Dra. Cleide Calgaro

"Esta é uma coletânea de artigos de vários pensadores de diferentes partes do mundo, que, individualmente ou em coautoria, contribuem com estudos e reflexões sobre questões atuais do meio ambiente natural. Costumo vincular a questão ambiental ao direito constitucional, uma vez que o objeto de estudo envolve a Pachamama em sua plenitude, ressaltando, assim, que seu espaço nas Constituições dos países deve ser elevado a um direito fundamental de todos os seres vivos e não apenas dos humanos. Nessa perspectiva, o livro, muito bem idealizado pelo Dr. Jorge Torres Manrique, ressalta que é uma obra voltada para o público profissional da área ambiental, mas também para todos os interessados em estudar temas importantes para toda a humanidade, pois todos nós fazemos parte do grande organismo vivo chamado Pachamama, e todos nós dependemos de sua saúde".

Prof.a Dra. Ana Alice de Carli

"Neste livro, os autores se aprofundam em uma análise profunda e exaustiva desse direito, explorando seu caráter interdisciplinar e sua relação com diversas áreas do conhecimento. As premissas centrais do livro transcendem a perspectiva tradicional do direito ambiental, aprofundando-se em diversos territórios, como a sustentabilidade, a vulnerabilidade como elemento constitutivo dos desastres ambientais, a mudança climática como determinante na criação de uma nova modalidade de refúgio, a importância da criação de um Tribunal Regional Latino-Americano para o cuidado do meio ambiente, a necessidade de um Estatuto de Proteção e Defesa dos Animais, entre outros".

Prof. Pos Dr. Deilton Ribeiro Brasil

"Na presente obra, buscamos contribuir objetivamente para a reunião de diversos estudos e análises, focados em contribuir para as alternativas de enfrentamento e resolução dos problemas ambientais. Assim, professores especialistas de países de ordem global, expõem seus problemas e cenários díspares, ao mesmo tempo em que propõem caminhos significativos, à luz da multiplicidade de arestas que essa temática abarca, em seus importantes capítulos científicos, na chave da agenda pendente correspondente. A propósito, vale registrar que um meio ambiente poluído viola aberta e sistematicamente o direito fundamental irrestrito e inalienável de usufruir de um meio ambiente sadio e saudável. A interdisciplinaridade merece menção especial, no entendimento de que os problemas da humanidade não têm sua única origem ou solução em pedreiras jurídicas".

A Direção Científica

